

BOLETIM ANALÍTICO

Conjuntura Econômica do Piauí

2º TRIMESTRE 2025



CENTRO DE INTELIGÊNCIA
EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA
TERRITORIAL

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento de Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Gerência de Economia Aplicada (GEEA)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Gerência de Inteligência de Dados (GEID)

Matheus Girola Macedo Barbosa

Gerência de Estatística e Demografia (GEED)

Pablo Jullyan Rodrigues Vilanova

Coordenação do Estudo da Conjuntura Econômica

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Equipe Técnica

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Matheus Girola Macedo Barbosa

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Christianno Araújo Filho (estagiário)

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Normalização

Adriana Melo Lima

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Boletim Analítico – Conjuntura Econômica [recurso eletrônico]. – v. 22, n. 2 (abr/jun.) 2025. / Superintendência CIET/SEPLAN – Teresina – PI : CIET/SEPLAN, 2025.

78 p. : il. color. (trimestral).

1. Economia – Piauí. 2. Condições econômicas. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDU 338(812.2) (05)

Contato

SUPERINTENDÊNCIA CIET/SEPLAN BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacoes/



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 AGRICULTURA	6
2 COMÉRCIO	11
2.1 Comércio Varejista	12
2.2 Comércio Varejista Ampliado	18
2.3 Frota de Veículos	24
3 SERVIÇO	26
3.1 Evolução do Setor de Serviços	27
3.2 Evolução do Mercado de Energia Elétrica	31
4 COMERCIO EXTERIOR	36
5 PREVIDÊNCIA SOCIAL	52
6 EMPREGO FORMAL	55
6.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas	57
6.2 Trajetória do Estoque ao Longo de 2025	58
6.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais Populosos	59
6.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico ...	61
6.5 Taxa de Desocupação	63
7 CRÉDITO.....	66
7.1 Crédito Imobiliário	69
7.2 Crédito Rural	71
RESUMO	76



APRESENTAÇÃO

A Secretaria do Planejamento de Estado do Piauí (SEPLAN), por meio do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), apresenta a edição do segundo trimestre de 2025 do Boletim Analítico de Conjuntura Econômica. Esta publicação reúne os principais indicadores que refletem o desempenho da economia piauiense, consolidando-se como instrumento de monitoramento e apoio à formulação de políticas públicas.

Este volume traz dados atualizados e análises aprofundadas sobre a atividade agrícola, comercial, de serviços, comércio exterior, emprego formal e crédito no Estado, destacando os avanços no período e sua comparação com anos anteriores.

No setor agrícola, a produção estadual foi estimada em 5,79 milhões de toneladas em 2025, resultado 0,48% inferior ao de 2024. Apesar da queda na soja (-5,88%) e no feijão (-19,76%), houve crescimento importante no milho (+12,30%) e no algodão (+34,74%), este último impulsionado pelo aumento de produtividade (+6,92%). O milho foi a cultura com maior ganho de rendimento médio (+17,33%), reforçando sua contribuição à base produtiva do Estado.

O comércio varejista piauiense registrou trajetória positiva, com crescimento acumulado de 3,6% no primeiro semestre de 2025, acima da média nacional (+1,8%). Apesar da retração em junho (-2,1%), o Estado se manteve como terceiro melhor desempenho do Nordeste. No varejo ampliado, o crescimento acumulado chegou a 7,5% no semestre e a 10,9% em 12 meses, posicionando o Piauí entre os estados mais dinâmicos da região. Em contrapartida, o setor de serviços enfrentou retração. O volume de atividade caiu -1,5% no primeiro semestre, destoando da média nacional (+2,5%).

No comércio exterior, as exportações caíram 14,85%, somando US\$390,7 milhões, enquanto as importações cresceram 82,07%, alcançando US\$120,5 milhões. Como resultado, o saldo da balança comercial diminuiu 31,18%, passando de US\$392,6 milhões em 2024 para US\$270,2 milhões em 2025. A pauta exportadora manteve-se concentrada na soja (+84,96%), mas registrou aumento na participação dos minérios de ferro (+10,91%). As importações foram impulsionadas por produtos industriais, como semicondutores, transformadores e aço.

O mercado de trabalho formal apresentou evolução favorável. Entre abril e junho de 2025, o saldo foi de 8.712 novas vagas, superior ao mesmo período de 2024 (+7.518). Os maiores avanços concentraram-se nos setores de serviços, indústria e construção civil, que



responderam por 78% da expansão, além da recuperação da agropecuária. Nos 15 maiores municípios, o saldo chegou a 7.189 empregos, com destaque para Picos, Piripiri e Floriano, que compensaram a desaceleração em Teresina.

Assim, o conjunto dos indicadores revela um cenário misto marcado por avanços na agricultura (milho e algodão), no comércio varejista e no emprego formal, ao lado de desafios no setor de serviços e no saldo da balança comercial, evidenciando tanto o dinamismo quanto as vulnerabilidades da economia piauiense no primeiro semestre de 2025.

Cíntia Bartz Machado
Superintendente do Centro de Inteligência em
Economia e Estratégia Territorial (CIET)



1 AGRICULTURA

A produção agrícola é uma das principais atividades econômicas da economia estadual e regional, influenciando historicamente, e de forma intensificada, vocações ligadas às próprias características locais. A estimativa do resultado apresentado pelo cultivo de culturas estratégicas a partir de dados como área plantada, rendimento médio e volume de produção são os destaques trazidos neste segmento.

Assim, a previsão da produção agrícola no Piauí fornece um indicativo da quantidade colhida e o desempenho consolidado nas atividades ligadas ao cultivo de algumas das principais culturas no Estado. Essa estimação é mensurada a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e traz as estimativas das safras e dos rendimentos dos principais itens das culturas agrícolas para o ano corrente.

Em junho de 2025, a projeção de produção estadual anual das principais culturas de cereais, leguminosas e oleaginosas foi estimada em 5.792.604t, representando uma diminuição de 0,48% em relação à previsão estimada de 2024 (5.820.636t), conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Produção agrícola estimada (t) no Piauí em junho de 2025 – principais culturas

Produção	Estimada(t)2024	Part. (%)	Estimativa(t) 2025	Part.(%)	Variação(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	83.362	1,43	75.623	1,31	-9,28
Feijão *	52.894	0,91	42.442	0,73	-19,76
Milho *	1.667.605	28,65	1.872.732	32,33	12,30
Sorgo em grão	101.770	1,75	75.065	1,30	-26,24
Total de cereais e leguminosas	1.905.631	32,74	2.065.862	35,66	8,41
Oleaginosas					
Soja	3.811.694	65,49	3.587.542	61,93	-5,88
Algodão herbáceo **	103.311	1,77	139.200	2,40	34,74
Total de oleaginosas	3.915.005	67,26	3.726.742	64,34	-4,81
Total geral	5.820.636	100,00	5.792.604	100	-0,48

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

O resultado estimado para 2025 evidencia a soja e o milho como os maiores destaques entre as culturas desenvolvidas no Estado, visto que as estimativas de participações na produção

dos grãos são de 61,93% e 32,33%, respectivamente. Neste ano, o milho, que é o segundo produto mais importante da base agrícola, apresenta estimativa de crescimento de 12,3% em relação à quantidade cultivada no ano anterior, o que demonstra recuperação de parte da produção após o ciclo de rotação da cultura e do resultado diminuto em 39,50% também influenciado pelas oscilações climáticas do veraneio (falta de chuvas e altas temperaturas).

Na Tabela 2, apresenta-se a previsão da área plantada anual e, na Tabela 3, a estimativa de área colhida para o ano de 2025. Observa-se diminuição no cultivo de cereais e leguminosas, principalmente pelo decréscimo da plantação do sorgo em grão (-15,2%) e feijão (-10,2%). A estimativa para 2025 é de uma redução de 4.625 hectares em relação à área plantada (-0,26%) e de diminuição de 133.684 hectares na área colhida (-7,45%).

Tabela 2 – Área plantada estimada no Piauí em junho de 2025 – principais culturas (ha)

Área plantada	Estimada (ha) 2024	Part. (%)	Estimativa (ha) 2025	Part. (%)	Variação(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	45.119	2,49	44.712	2,47	-0,90
Feijão *	181.507	10,01	163.000	9,01	-10,20
Milho *	442.105	24,39	469.977	25,99	6,30
Sorgo em grão	39.848	2,20	33.792	1,87	-15,20
Total de cereais e leguminosas	708.579	39,08	711.481	39,34	0,41
Oleaginosas					
Soja	1.080.496	59,60	1.066.393	58,97	-1,31
Algodão herbáceo **	23.927	1,32	30.503	1,69	27,48
Total de oleaginosas	1.104.423	60,92	1.096.896	60,66	-0,68
Total geral	1.813.002	100,00	1.808.377	100	-0,26

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.



Tabela 3 – Área colhida estimada no Piauí em junho de 2025 – principais culturas (ha)

Área colhida	Estimada (ha) 2024	Part. (%)	Estimativa (ha) 2025	Part. (%)	Variação(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	45.074	2,51	43.253	2,60	-4,04
Feijão *	175.063	9,75	111.020	6,68	-36,58
Milho *	430.509	23,99	376.727	22,68	-12,49
Sorgo em grão	39.848	2,22	33.792	2,03	-15,20
Total de cereais e leguminosas	690.494	38,47	564.792	34,00	-18,20
Oleaginosas					
Soja	1.080.496	60,20	1.066.293	64,19	-1,31
Algodão herbáceo **	23.917	1,33	30.138	1,81	26,01
Total de oleaginosas	1.104.413	61,53	1.096.431	66,00	-0,72
Total geral	1.794.907	100,00	1.661.223	100	-7,45

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

A maior variação relativa esperada na estimativa de colheita é no cultivo do algodão, passando de 23.917 ha para 30.138, o que corresponde a um aumento de 26,01%, sendo a única cultura com estimativa de crescimento na área plantada.

A cultura do sorgo apresenta uma estimativa de redução de -15,20% na área colhida, e possui uma estimativa de produção de 75.065t em uma área plantada de 33.792 hectares.

A soja, que é a cultura de maior volume de produção do Estado, apresenta estimativa de diminuição tanto da área plantada (-1,31%) quanto de área colhida (-1,31%), refletindo na diminuição de 5,88% da quantidade produzida no comparativo interanual, prevista para 3.587.542 toneladas ao final de 2025.

O milho, segunda principal cultura agrícola do Piauí, apresenta uma previsão de retomada do crescimento do cultivo após o recuo de 2024. A produção do grão está estimada em 1.872.732 toneladas, crescimento de 12,30% em relação à estimativa de 2024. A cobertura de cultivo representa uma ampliação de 6,3%, enquanto a área colhida é prevista em 376.727 ha, representando um recuo de 12,49% no comparativo com 2024.

Em relação ao arroz, a cultura do grão apresentou estimativa de diminuição de 9,28% na produção agrícola e de 4,04% na área colhida, alcançando uma produção de 75.623t em 43.253 ha.

Os dados da Tabela 4 demonstram o rendimento médio da produção agrícola das culturas de cereais, leguminosas e oleaginosas, que reflete a relação entre produção e área colhida da

cultura. O resultado da safra 2025/2024 apresenta alteração positiva no rendimento de três das seis culturas mais importantes para a produção estadual, apresentando o milho como a cultura de maior ganho de rendimento (17,33%), seguido do algodão (6,92%) e do feijão (5,08%).

Tabela 4 – Estimativa do rendimento médio da produção agrícola anual em junho de 2025 – Piauí (kg/ha)

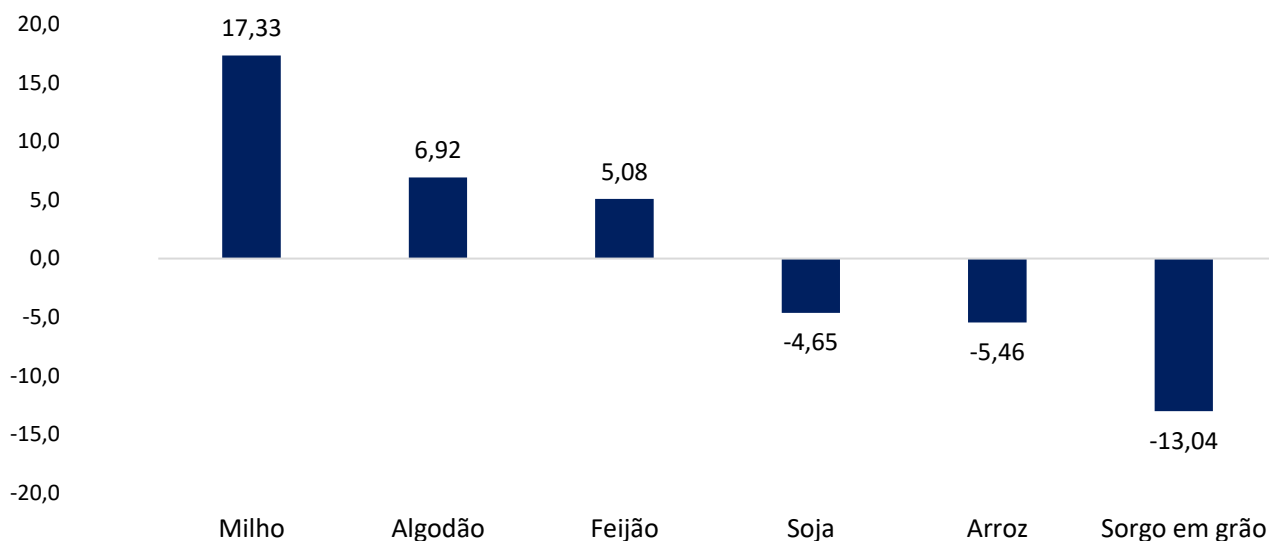
Cultura	Rendimento médio		Variação (%)
	2024	2025	
Cereais, Leguminosas e Oleaginosas			
Milho	4.359	5.115	17,33
Algodão	4.320	4.619	6,92
Feijão	472	496	5,08
Soja	3.528	3.364	-4,65
Arroz	1.849	1.748	-5,46
Sorgo em grão	2.554	2.221	-13,04

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De acordo com os dados sistematizados, pode-se constatar um aumento de 756 kg/ha no rendimento médio do milho, 299 kg/ha do algodão e de 24 kg/ha na produtividade média do feijão. O rendimento médio das demais culturas registra uma projeção de diminuição de 164 kg/ha em relação à soja; de -101 kg/ha em relação ao arroz e de -333 kg/ha em relação ao sorgo em grão.

O Gráfico 1 contém a representação da variação do rendimento médio da produção agrícola das principais culturas do Piauí para o final de 2025 em relação ao rendimento apresentado no mesmo período de 2024, tendo a cultura do milho a que possui o melhor ganho de produtividade, variando em 17,33% o rendimento médio no mesmo período interanual.

Gráfico 1 – Variação (%) do rendimento médio estimado da produção agrícola (kg/ha) no Piauí – 2025



Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 5 destaca a produção esperada de grãos das principais culturas do Piauí e dos estados nordestinos em 2025.

Tabela 5 – Principais culturas do Piauí e do Nordeste – produção agrícola estimada em 2025

Estado	Principais Culturas							
	Soja (em grãos)	Part. %	Arroz (em casca)	Part. %	Milho (em grãos)	Part. %	Feijão (em grãos)	Part. %
Nordeste	16.703.533	100	344.507	100	8.944.403	100	528.689	100
Piauí	3.587.542	21,48	75.623	21,95	1.872.732	20,94	42.442	8,03
Ceará	16.139	0,10	22.642	6,57	537.473	6,01	114.503	21,66
Maranhão	4.484.225	26,85	182.715	53,04	2.708.180	30,28	24.961	4,72
Pernambuco	-	-	6	0,00	51.462	0,58	55.133	10,43
Alagoas	11.083	0,07	18.021	5,23	132.402	1,48	20.714	3,92
Paraíba	-	-	3.972	1,15	100.282	1,12	43.860	8,30
Rio Grande do Norte	-	-	1.095	0,32	27.995	0,31	12.684	2,40
Bahia	8.606.190	51,51	750	0,22	2.502.600	27,98	212.900	40,27
Sergipe	-	-	39.683	11,52	1.011.277	11,31	1.492	0,28

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os dados e as estimativas obtidas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola mostram que o Piauí ocupa:

1. a 3ª posição na produção de soja no Nordeste, equivalente a 21,48% da produção na região, ficando atrás da Bahia e do Maranhão. A participação do Piauí na produção do grão na região diminuiu em 3,33 p.p. em relação ao ano anterior, quando representava 24,81%;



2. a 3ª posição na produção de milho no Nordeste, constituindo 20,94% da produção na região. Esse resultado representa um crescimento de 4,09 pontos percentuais em relação à participação na produção regional estimada ao final do ano de 2024 (16,85%);
3. a 2ª posição na produção de arroz no Nordeste, com uma representação de 21,95% da produção na região, somente superado pelo Maranhão. Em 2025, há uma diminuição de 5,1 pontos percentuais na contribuição à produção regional;
4. a 5ª posição na produção de feijão no Nordeste, retrato de 8,03% da produção na região, evidencia uma diminuição 1,94% p. p. em comparação à estimativa realizada em dezembro de 2024 quando representava 9,97%.

2 COMÉRCIO

A análise do desempenho do setor comercial no Brasil tem como principal referência o volume de vendas do comércio varejista, indicador calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). Esta pesquisa tem por objetivo acompanhar, de forma contínua, a evolução da atividade comercial no país, fornecendo subsídios para o monitoramento conjuntural da economia.

A metodologia da PMC baseia-se em informações obtidas junto a empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal seja classificada como comércio varejista. O cálculo considera os registros de vendas declarados por essas empresas, o que garante maior confiabilidade e padronização dos dados.

Por se tratar de uma pesquisa com periodicidade mensal, a PMC permite acompanhar tendências de curto prazo e identificar variações sazonais ou conjunturais no setor. Para a presente análise, o foco recai sobre o Estado do Piauí, utilizando-se dos resultados referentes ao segundo trimestre de 2025, comparados ao mesmo período de 2024. Essa abordagem possibilita avaliar o ritmo de crescimento ou retração das vendas no varejo piauiense e, assim, compreender melhor o cenário econômico regional no contexto recente.



2.1 Comércio Varejista

Segundo dados da PMC, constantes na Tabela 6, o comércio varejista do Estado do Piauí apresentou, no segundo trimestre de 2025, uma trajetória marcada por forte crescimento em abril (4,8%) e maio (4,4%), seguido de retração em junho (-2,1%). Apesar da queda no último mês, o resultado acumulado do primeiro semestre de 2025 foi positivo, com alta de 3,6%, superior à média nacional de 1,8%. Esse resultado mostra que, apesar de oscilações mensais, a trajetória semestral do Piauí é de resiliência, sustentada por avanços expressivos no segundo trimestre de 2025.

Na comparação com os estados vizinhos, o desempenho piauiense atingiu a 3ª posição: abaixo da Paraíba (6,2%) e de Alagoas (4,6%), que lideraram o avanço regional, mas acima de estados importantes como Bahia (0,6%) e Maranhão (1,0%). Vale destacar que o Ceará (3,1%) e Pernambuco (2,3%) também apresentaram resultados abaixo dos registrados pelo Piauí.

Assim, no contexto nordestino, o Piauí mostrou-se um dos estados que mais contribuíram para o crescimento da região, com ritmo superior à média e destaque positivo em relação à parte relevante dos vizinhos.

No cenário nacional, o desempenho apresentado pelas vendas do comércio varejista do Brasil registrou forte expansão em abril (5,3%), seguida de avanço mais moderado em maio (1,7%) e estabilidade em junho (0,3%). Esse desempenho levou o acumulado de janeiro a junho de 2025 para 1,8%, revelando crescimento positivo, mas ainda em ritmo reduzido diante da oscilação entre meses de alto e de baixo dinamismo.

Em relação às regiões, os resultados mais expressivos no acumulado de janeiro a junho foram alcançados por:

- Amapá, na região Norte (7,8%);
- Paraíba, na região Nordeste (6,2%);
- Distrito Federal, na região Centro-Oeste (4,4%);
- Espírito Santo, na região Sudeste (4,4%);
- Santa Catarina, na região Sul (6,2%).



Tabela 6 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista por Grandes Regiões e Unidade da Federação no Brasil – 2025 (abril a junho e acumulado)

Unidade da Federação	Variação			
	Mensal			Acumulada
	Abr.	Maio	Jun.	Jan. a Jun.
Brasil	5,3	1,7	0,3	1,8
Norte				
Acre	2,30	3,40	2,00	2,20
Amapá	7,90	4,70	1,90	7,80
Amazonas	2,30	0,20	0,60	1,90
Pará	4,40	1,70	- 1,30	0,30
Rondônia	7,10	4,50	1,50	3,40
Roraima	- 4,40	0,70	2,00	- 2,20
Tocantins	- 0,10	- 5,50	- 8,90	- 1,00
Nordeste				
Alagoas	8,60	5,30	4,00	4,60
Bahia	2,80	1,10	1,10	0,60
Ceará	4,50	2,50	1,20	3,10
Maranhão	3,60	- 0,30	1,00	1,00
Paraíba	12,80	9,30	3,60	6,20
Pernambuco	5,50	3,10	2,10	2,30
Piauí	4,80	4,40	- 2,10	3,60
Rio Grande do Norte	3,50	4,00	2,70	1,90
Sergipe	4,00	3,90	1,70	0,70
Centro-Oeste				
Distrito Federal	7,30	6,40	1,20	4,40
Goiás	3,50	1,20	- 0,50	1,10
Mato Grosso	4,40	5,20	4,60	2,50
Mato Grosso do Sul	2,70	1,00	- 0,90	- 0,30
Sudeste				
Espírito Santo	5,50	6,20	2,60	4,40
Minas Gerais	3,00	1,20	1,50	1,80
Rio de Janeiro	- 0,60	- 1,10	- 2,80	- 2,10
São Paulo	6,00	0,80	- 0,70	1,20
Sul				
Paraná	6,10	1,70	3,20	2,40
Rio Grande do Sul	10,00	3,50	- 2,20	4,20
Santa Catarina	12,50	3,10	3,10	6,20

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nos últimos 12 meses (Tabela 7), as vendas do comércio varejista estadual equivalem a um crescimento de 5,4%, sendo o terceiro maior desempenho entre os estados do Nordeste, o que demonstra um nível de expansão mais dinâmico do que o apresentado pela economia nacional no período (2,7%). Com isso, o crescimento do comércio varejista estadual apresenta a 5ª colocação no ranking de volume de vendas acumuladas no período de julho de 2024 a junho de 2025.





Tabela 7 – Variação acumulada (%) do volume de vendas do comércio varejista por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)
1	Amapá	11,00
2	Paraíba	9,90
3	Rio Grande do Sul	6,20
4	Alagoas	6,10
5	Piauí	5,40
6	Santa Catarina	5,00
7	Distrito Federal	4,70
8	Ceará	4,60
9	Tocantins	3,90
10	Acre	3,60
11	Pernambuco	3,60
12	Amazonas	3,50
13	Roraima	3,40
14	Rio Grande do Norte	3,20
15	Espírito Santo	3,10
16	Sergipe	3,00
17	Bahia	2,90
18	Goiás	2,80
19	Rondônia	2,70
20	Paraná	2,60
21	Pará	2,10
22	São Paulo	2,10
23	Maranhão	2,00
24	Minas Gerais	1,90
25	Mato Grosso	1,60
26	Mato Grosso do Sul	0,80
27	Rio de Janeiro	- 0,80
Total	Brasil	2,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A variação acumulada da receita nominal de vendas do comércio varejista do Estado do Piauí dos últimos 12 meses de 9,7% indica um desempenho superior à média brasileira e colocou o Estado em um patamar próximo ao de economias de destaque no cenário nacional, como Ceará (9,9%) e Rio Grande do Sul (10,1%).

O Piauí aparece como um dos destaques do Nordeste, atrás da Paraíba, de Alagoas e do Ceará, mas à frente de Bahia, Maranhão, Pernambuco e Sergipe. Além disso, o crescimento piauiense ficou acima de grandes mercados consumidores como São Paulo (8,4%), Minas Gerais (7,4%) e Rio de Janeiro (5,0%), reforçando sua relevância no contexto regional e nacional. O resultado confirma o dinamismo do comércio estadual, que conseguiu expandir em um ritmo mais acelerado do que a média do país e consolidar-se como um dos polos de crescimento do setor no período analisado.



Tabela 8 – Variação acumulada (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)
1	Amapá	17,60
2	Paraíba	13,00
3	Santa Catarina	10,40
4	Distrito Federal	10,30
5	Alagoas	10,10
6	Rio Grande do Sul	10,10
7	Ceará	9,90
8	Piauí	9,70
9	Tocantins	9,70
10	Acre	9,50
11	Rondônia	9,00
12	Goiás	8,70
13	Roraima	8,70
14	Rio Grande do Norte	8,40
15	São Paulo	8,40
16	Amazonas	8,30
17	Bahia	8,00
18	Maranhão	8,00
19	Pará	7,80
20	Paraná	7,60
21	Espírito Santo	7,50
22	Pernambuco	7,50
23	Minas Gerais	7,40
24	Mato Grosso	7,20
25	Mato Grosso do Sul	6,70
26	Sergipe	6,50
27	Rio de Janeiro	5,00
Total	Brasil	8,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os dados do volume de vendas do comércio varejista do Piauí e do Brasil estão disponíveis na Tabela 9 e representados no Gráfico 2, evidenciando que o Estado obteve resultados maiores do que a média nacional nos últimos 12 meses.

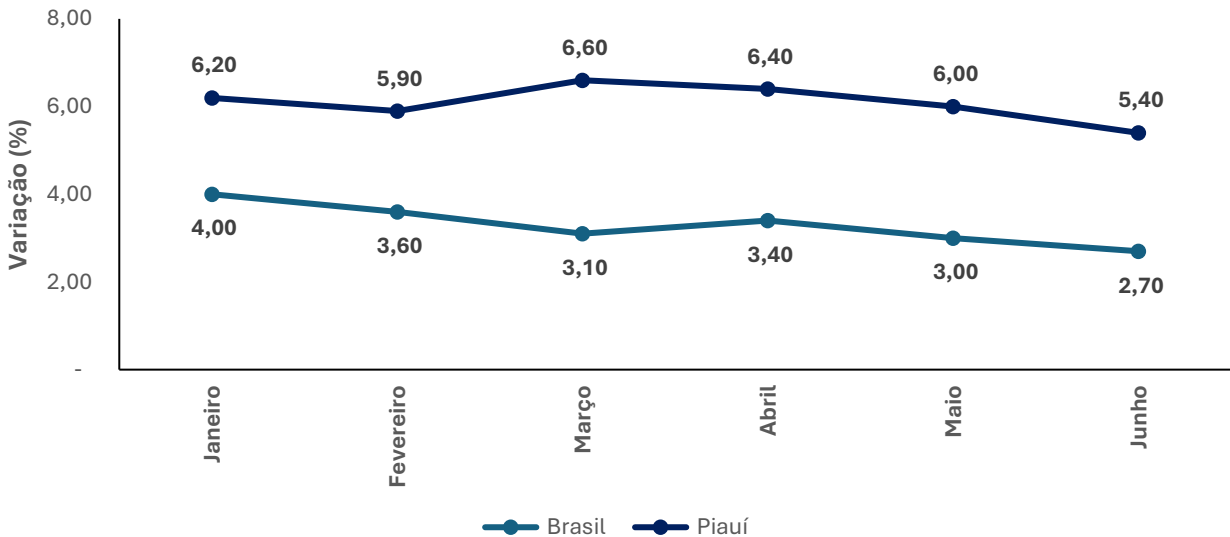


Tabela 9 – Variação (%) do volume e da receita nominal de vendas do comércio varejista – (janeiro a junho de 2025) no Piauí e Brasil

Unidade da Federação	Variação Mensal					
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.
Volume (%)						
Brasil	4,00	3,60	3,10	3,40	3,00	2,70
Piauí	6,20	5,90	6,60	6,40	6,00	5,40
Receita Nominal (%)						
Brasil	8,40	8,20	8,00	8,70	8,40	8,20
Piauí	10,20	10,10	10,80	10,70	10,40	9,70

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

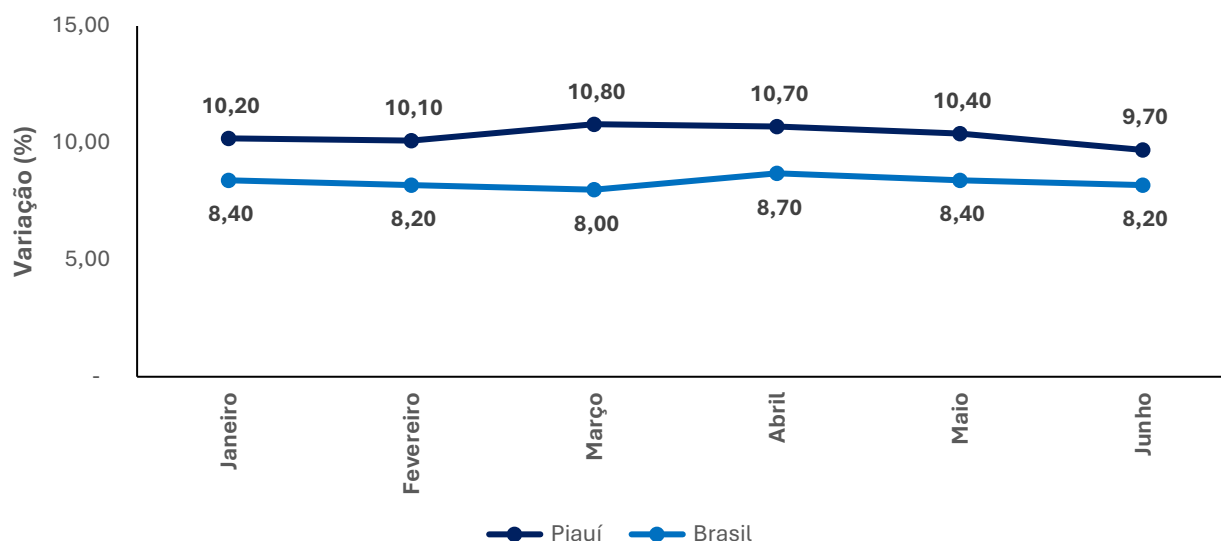
Gráfico 2 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista no Piauí e Brasil – (janeiro a junho de 2025)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 2 do acumulado em 12 meses mostra que o Piauí iniciou 2025 em um patamar elevado, com 6,2% em janeiro, alcançou o pico de 6,6% em março e, a partir desse contexto, iniciou trajetória de desaceleração, encerrando junho em 5,4%. Embora tenha perdido intensidade ao longo do semestre, o indicador manteve-se em nível relativamente alto, demonstrando resiliência do comércio estadual. Por outro lado, o Brasil apresentou desempenho mais modesto, iniciando de 4,0% em janeiro e recuando continuamente até 2,7% em junho, sem registrar sinais de recuperação no período. Essa comparação evidencia que, mesmo com a perda de dinamismo recente, o Piauí se manteve sistematicamente acima da média nacional, indicando maior capacidade de sustentação do crescimento frente à tendência de enfraquecimento observada no comércio brasileiro.

Gráfico 3 – Variação (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista no Piauí e Brasil – (janeiro a junho de 2025)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 3 da variação acumulada em 12 meses da receita nominal de vendas do comércio varejista mostra que tanto o Piauí quanto o Brasil mantiveram trajetórias relativamente estáveis no primeiro semestre de 2025, ainda que em patamares distintos. O Piauí apresentou desempenho sistematicamente superior ao nacional, começando em janeiro em 10,2%, alcançando um pico de 10,8% em março e encerrando junho em 9,7%. Apesar da desaceleração nos últimos meses, o indicador manteve-se em níveis elevados, refletindo um mercado local mais dinâmico em comparação à média do país.

O Brasil, por sua vez, iniciou o período com crescimento acumulado de 8,4% em janeiro, caiu para 8,0% em março e registrou leve recuperação em abril, atingindo 8,7%. Contudo, voltou a recuar nos meses seguintes, fechando junho em 8,2%. Essa trajetória revela um desempenho mais contido e com menor vigor em relação ao observado no Piauí.

A comparação entre as duas curvas evidencia que o comércio varejista piauiense conseguiu sustentar, ao longo de todo o semestre, resultados nominais mais robustos em relação à média nacional, ampliando a distância relativa entre os desempenhos e reforçando a posição do Estado como um dos destaques regionais no período analisado.



2.2 Comércio Varejista Ampliado

O comércio varejista ampliado é composto pelos grupos de atividades do varejo, acrescido dos segmentos veículos e motocicletas, partes e peças e material de construção. Essa diferenciação ocorre porque, enquanto os demais segmentos geram suas receitas predominantemente na atividade varejista, os dois últimos englobam tanto o varejo como o atacado. A Tabela 10 apresenta os dados do resultado do volume de vendas do comércio varejista ampliado por Unidade da Federação.

Tabela 10 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista ampliado por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (abril a junho e acumulados)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Abr.	Maio	Jun.	Jan. a Jun.	12 meses
Brasil	1,1	1,6	-3,0	0,5	2,0
Norte					
Acre	-1,6	2,8	-0,2	1,1	2,6
Amapá	5,6	2,3	2,5	7,3	11,7
Amazonas	0,1	3,4	-1,4	2,3	5,7
Pará	5,1	3,9	-1,7	1,6	3,6
Rondônia	1,5	2,4	0,2	0,0	-0,5
Roraima	-1,8	4,6	3,9	2,6	2,3
Tocantins	2,8	-2,5	3,2	1,1	3,2
Nordeste					
Alagoas	3,2	3,6	-0,9	1,2	4,3
Bahia	-1,6	-0,7	-4,4	0,5	0,8
Ceará	7,5	3	2	4,9	5,8
Maranhão	-1,2	-2	-5,1	-3,6	-0,8
Paraíba	10,3	6,6	2,2	6,0	9,5
Pernambuco	4,7	3,4	0,4	1,8	4,3
Piauí	0,8	0,9	-3,9	1,8	5,7
Rio Grande do Norte	-0,5	3,2	0,9	1,7	4,2
Sergipe	2,1	3	0	-0,3	2,9
Centro-Oeste					
Distrito Federal	0,8	-0,5	-4,4	1,3	4,3
Goiás	-8,8	-7,8	-4,2	-4,0	1,0
Mato Grosso	3	7,8	1,4	3,1	2,3
Mato Grosso do Sul	3,3	1,6	-1,9	0,3	-1,4
Sudeste					
Espírito Santo	-0,7	1,1	1,1	3,1	2,9
Minas Gerais	-0,6	-1,2	-2,2	0,0	1,0
Rio de Janeiro	-1,4	0,3	-2,6	-1,7	-0,2
São Paulo	0,9	1,3	-4,2	-1,1	-0,5
Sul					
Paraná	1,6	1,8	-4,6	1,7	3,9
Rio Grande do Sul	2,9	10,7	-5,7	4,5	8,2
Santa Catarina	4,7	1,8	-1,7	4,0	5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



No Brasil, o setor apresentou avanços em abril (+1,1%) e maio (+1,6%), mas registrou retração expressiva em junho (-3,0%). Ainda assim, o acumulado do semestre ficou positivo (+0,5%) e o crescimento em 12 meses alcançou +2,0%, sinalizando perda de dinamismo no curto prazo, mas mantendo trajetória levemente ascendente no horizonte anual.

No Nordeste, a performance foi bastante heterogênea. A Paraíba (+6,0% no acumulado de janeiro a junho e +9,5% em 12 meses) e o Ceará (+4,9% e +5,8%, respectivamente) destacaram-se positivamente, acompanhados por Piauí (+1,8% no semestre e +5,7% em 12 meses) com desempenho acima da média nacional, embora com retração relevante em junho (-3,9%). O Maranhão e Sergipe apresentaram os piores resultados regionais (-3,6% e -0,3% no acumulado do semestre, respectivamente). Por outro lado, a Bahia permaneceu praticamente estagnada (+0,5%).

Segundo as regiões brasileiras, os melhores desempenhos acumulados de janeiro a junho de 2025 foram:

- Amapá – Norte (+7,3% no semestre e +11,7% em 12 meses);
- Distrito Federal – Centro-Oeste (+1,3% no semestre e +4,3% em 12 meses);
- Espírito Santo – Sudeste (+3,1% no semestre e +2,9% em 12 meses); e
- Rio Grande do Sul – Sul (+4,5% no semestre e +8,2% em 12 meses).

O comparativo entre os dados da variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado do Piauí em relação à média nacional está demonstrado na Tabela 11.

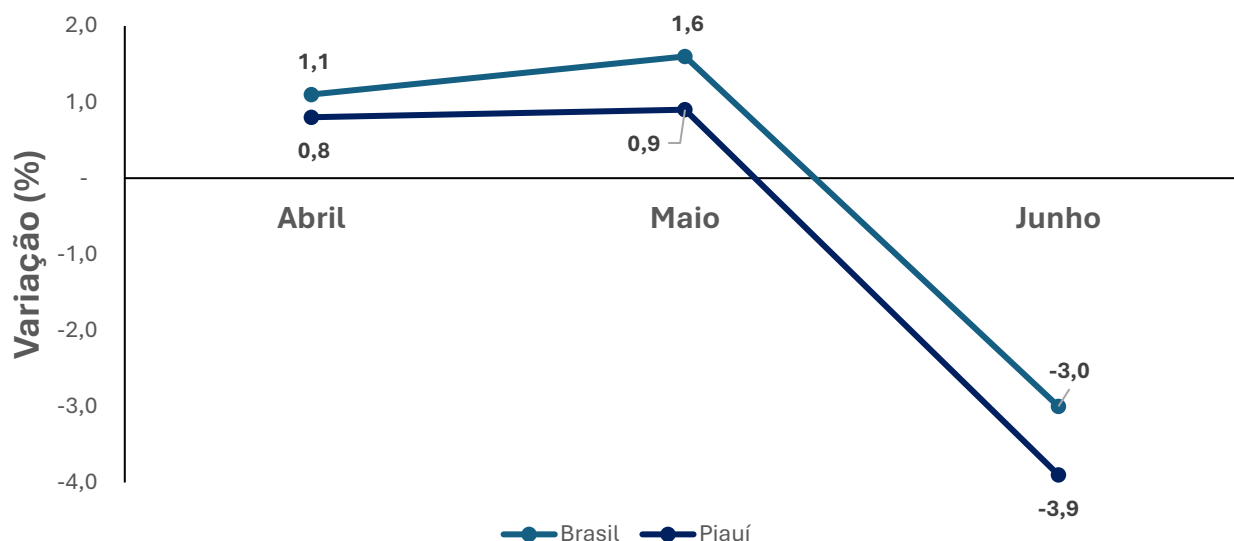
Tabela 11 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista ampliado em 2025 (abril a junho e acumulados) – Piauí e Brasil

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Abr.	Maio	Jun.	Jan. a Jun.	12 meses
Piauí	0,8	0,9	-3,9	1,8	5,7
Brasil	1,1	1,6	-3,0	0,5	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os dados do volume de vendas do comércio varejista ampliado do Piauí e do Brasil estão demonstrados no Gráfico 3, indicando que o desempenho apresentado pelo Estado foi inferior aos resultados médios mensais do Brasil.

Gráfico 3 – Variação (%) de volume de vendas do comércio varejista ampliado no Piauí e Brasil – 2025 (abril a junho)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 12 mostra a variação do volume de receita nominal do comércio varejista ampliado. Em 2025, o comércio varejista ampliado apresentou crescimento de 5,3% no acumulado de janeiro a junho e de 6,5% nos últimos 12 meses, segundo os dados por Unidade da Federação. Na comparação mensal, o setor registrou variações positivas em abril (6,5%) e maio (6,4%), mas mostrou desaceleração em junho (1,2%), refletindo um movimento de perda de dinamismo em parte das regiões.

No Nordeste, o desempenho foi heterogêneo, mas o Piauí destacou-se com crescimento acumulado de 7,5% no primeiro semestre e expressivos 10,9% em 12 meses, acima da média nacional, ocupando a quinta posição. O Estado manteve avanços consistentes em abril (7,1%), maio (6,6%) e junho (2,2%), consolidando-se na quarta posição como uma das economias mais dinâmicas da região no setor. Outros estados com resultados robustos foram o Ceará (10,8% em 12 meses) e o Rio Grande do Norte (9,4% em 12 meses). A Bahia, maior mercado regional, cresceu apenas 6,3% em 12 meses, ficando abaixo da média brasileira.

No Norte, o destaque foi o Amapá, com crescimento expressivo de 13,7% no acumulado do ano e 17,2% em 12 meses, o maior avanço do país. O Pará (10,3%) e Amazonas (11,1%) também apresentaram resultados bastante positivos, impulsionando a média da região.



No Centro-Oeste, os resultados foram mais moderados. O Mato Grosso cresceu 7,3% em 12 meses, enquanto o Distrito Federal registrou 8,7%, enquanto que Goiás teve desempenho mais fraco, com 5,4%, refletindo oscilações negativas nos meses de abril e maio.

Na região Sudeste, o crescimento foi mais moderado, com destaque para Espírito Santo (6,6% em 12 meses) e São Paulo (4,2%), que ficou abaixo da média nacional, refletindo o impacto de seu grande mercado consumidor sobre o desempenho agregado. O Rio de Janeiro (4,8%) também mostrou resultado inferior ao nacional.

Por fim, no Sul, os resultados foram positivos, com destaque para o Rio Grande do Sul (11,6% em 12 meses) e Santa Catarina (10,0%), ambos entre os melhores desempenhos do país. O Paraná, embora positivo (7,8%), ficou próximo da média nacional.



Tabela 12 – Variação (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista ampliado por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (abril a junho e acumulados)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Abr.	Maio	Jun.	Jan. a Jun.	12 meses
Brasil	6,5	6,4	1,2	5,3	6,5
Norte					
Acre	4,0	8,4	5,0	6,6	7,5
Amapá	11,7	8,8	9,2	13,7	17,2
Amazonas	5,1	9,1	4,1	7,8	10,3
Pará	9,9	9,2	3,5	7,1	8
Rondônia	6,7	7,6	5,7	6,5	3,5
Roraima	3,5	11,2	10,9	5,7	7,1
Tocantins	6,9	1,2	5,8	6,3	8,1
Nordeste					
Alagoas	7,3	7,4	2,7	5,4	8
Bahia	5,2	5,4	1,6	4,1	6,3
Ceará	14,1	8,7	7,9	10,8	11,1
Maranhão	4,6	2,9	-0,4	1,8	4,4
Paraíba	14,2	9,8	5,5	9,9	12,7
Pernambuco	8,4	7,3	4,2	5,8	7,8
Piauí	7,1	6,6	2,2	7,5	10,9
Rio Grande do Norte	6,3	9,3	7,1	7,7	9,4
Sergipe	6,2	6,1	2,8	3,8	6,6
Centro-Oeste					
Distrito Federal	6,2	4,7	0,4	6,5	8,7
Goiás	-4,5	-4,1	-0,7	0,1	5,4
Mato Grosso	8	12,3	3,8	7,3	7,5
Mato Grosso do Sul	9,9	6,5	1,5	5,2	3,3
Sudeste					
Espírito Santo	4,7	6,1	5,9	7,9	6,6
Minas Gerais	3,9	2,9	0,9	3,6	5,4
Rio de Janeiro	4,5	5,1	0,9	3,1	4,8
São Paulo	6,8	6,3	0,2	4	4,2
Sul					
Paraná	6,4	6,4	-0,8	6,1	7,8
Rio Grande do Sul	7,3	13,8	-3,5	7,9	11,6
Santa Catarina	10,8	7,5	3,4	9,5	10,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em relação ao volume de vendas do comércio varejista e do comércio varejista ampliado, por grupos de atividades, os indicadores em nível nacional encontram-se na Tabela 13.

No trimestre de abril a junho de 2025, o volume de vendas do comércio varejista apresentou desaceleração, passando de uma alta de 5,3% em abril para 1,7% em maio e apenas 0,3% em junho. Apesar disso, o resultado acumulado do período de janeiro a junho foi positivo, com



crescimento de 1,8%, e a taxa em 12 meses atingiu 2,7%, indicando manutenção de trajetória de expansão, ainda que em ritmo moderado.

Entre os segmentos, os destaques positivos foram tecidos, vestuário e calçados, com avanço acumulado de 5,5% no ano e 5,5% em 12 meses, além de móveis e eletrodomésticos, que cresceram 4,0% no ano e 4,8% em 12 meses. Outro setor relevante foi o de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, com elevação de 3,4% no acumulado do ano e 5,1% em 12 meses, reforçando a importância desses itens no consumo das famílias. Em contrapartida, alguns segmentos seguiram em retração. O grupo de livros, jornais, revistas e papelaria apresentou queda de -2,7% no ano e -5,0% em 12 meses, confirmando perda estrutural de relevância. No segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação acumulou recuo de -0,7% no ano e -1,1% em 12 meses, refletindo uma demanda mais enfraquecida.

Tabela 13 – Indicadores do volume de vendas do comércio varejista e comércio ampliado segundo os grupos de atividades no Brasil em 2025 (abril a junho e acumulados)

Atividade		Variação				
		Mensal			Acumulada	
		Abr.	Mai	Jun.	Jan. a Jun.	12 Meses
Comércio Varejista *		5,3	1,7	0,3	1,8	2,7
1.	Combustíveis e Lubrificantes	-1,8	-0,4	-1,3	0,2	-0,6
2.	Hipermercados, Supermercados, Prod. Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,3	0,5	-0,5	1,3	2,3
	2.1 Hipermercados e Supermercados	8	0,8	0,0	1,8	2,9
3.	Tecidos, Vestuário e Calçados	7,7	6,7	6,4	5,5	5,5
4.	Móveis e Eletrodomésticos	0,3	7,1	-0,4	4,0	4,8
	4.1 Móveis	-6,8	-0,5	-9,7	-3,4	2,0
	4.2 Eletrodomésticos	2,5	9,3	2,7	6,2	5,5
5.	Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	1,9	5,5	1,9	3,4	5,1
6.	Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-3,8	3,1	-1,2	-2,7	-5,0
7.	Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-5,4	4,7	0,6	-0,7	-1,1
8.	Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	10,9	-0,3	2,0	2,1	4,4
Comércio Varejista Ampliado **		1,1	1,6	-3,0	0,5	2,0
9.	Veículos e Motos, Partes e Peças	-7,1	5,3	-6,7	0,9	6,0
10.	Material de Construção	-2,7	5,1	-3,6	2,7	5,1
11.	Atacado Especializado em Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-2,4	-5,1	-11	-6,5	-7,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: * O indicador do Comércio Varejista é composto pelo resultado das atividades de 1 a 8.

** O indicador do Comércio Varejista Ampliado é composto pelo resultado das atividades de 1 a 11.



O comércio varejista ampliado registrou comportamento mais volátil: crescimento em abril (1,1%) e maio (1,6%) e queda acentuada em junho (-3,0%). Ainda assim, o acumulado do ano foi positivo em 0,5% e, em 12 meses, o setor avançou 2,0%.

Dentro desse agregado, o setor de veículos e motos, partes e peças mostrou forte oscilação: recuo em abril (-7,1%), recuperação em maio (+5,3%) e nova queda em junho (-6,7%). Apesar da instabilidade, o acumulado do ano ficou positivo em 0,9% e em 12 meses registrou alta de 6,0%, sendo um dos destaques do varejo ampliado. A atividade de material de construção também se sobressaiu, com crescimento de 2,7% no ano e 5,1% em 12 meses. Por outro lado, o atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou quedas persistentes, acumulando retração de -6,5% no ano e -7,1% em 12 meses, tornando-se o principal fator de contenção do crescimento no comércio ampliado.

2.3 Frota de Veículos

A Tabela 14 mostra que a frota de veículos no Brasil apresentou trajetória de crescimento contínuo nos últimos três anos, ainda que em ritmo moderado. O total variou de 3,4% (2023-2022) para 3,8% (2024-2023) e atingiu 4,0% na comparação entre os trimestres 2025 e 2024, revelando certa aceleração recente. Entre os tipos de veículos, o segmento caminhão, ônibus e micro-ônibus destacou-se com crescimento no segundo trimestre de 2025 em comparação ao segundo trimestre de 2024 de 2,68%. As categorias “automóvel” e “motos” tiveram desempenhos semelhantes nesse mesmo período de 2,4% e 2,42%, respectivamente.

No Nordeste, os resultados foram superiores aos da média nacional. O crescimento total subiu de 4,1% (2023-2022) para 4,7% (2024-2023) e alcançou 5,4% (2025-2024), indicando maior dinamismo regional. O destaque foi o segmento de motos, que avançou de 5,13% para 5,83% e chegou a 6,60%, confirmando o papel central desse modal na mobilidade regional. Automóveis e caminhões apresentaram desempenhos positivos, mas em patamares menores, com variações abaixo de 3,3%.

O Piauí apresentou desempenho ainda mais expressivo: o crescimento da frota total foi de 4,0% (2023-2022) para 5,0% (2024-2023) e 5,8% (2025-2024), colocando o Estado acima da média nordestina e nacional. O principal vetor de expansão foram as motos, com variação de 4,51% em 2023-2022 para 5,47% em 2024-2023 e 6,43% em 2025-2024. O segmento de caminhões, ônibus e micro-ônibus também apresentou aceleração, passando de 2,42% para



3,12% e chegando a 4,43%, refletindo o fortalecimento das atividades de transporte e logística no Estado.

Tabela 14 – Quantidade de veículos total e por tipo – Brasil, Nordeste, Piauí, Teresina e RIDE Teresina

Região	2º Trimestre 2023-2022	2º Trimestre 2024-2023	2º Trimestre 2025-2024	Participação (%)
Brasil	3,4%	3,8%	4,0%	
Automóvel	2,13%	2,34%	2,40%	46,78%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,51%	2,14%	2,68%	3,22%
Motos ¹	2,15%	2,32%	2,42%	50,00%
Nordeste	4,1%	4,7%	5,4%	
Automóvel	2,45%	2,82%	3,22%	42,78%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,74%	2,20%	3,25%	4,12%
Motos ¹	5,13%	5,83%	6,60%	53,10%
Piauí	4,0%	5,0%	5,8%	
Automóvel	2,54%	3,49%	3,94%	33,15%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,42%	3,12%	4,43%	3,78%
Motos ¹	4,51%	5,47%	6,43%	63,07%
Teresina	2,9%	3,7%	4,3%	
Automóvel	0,88%	1,49%	1,84%	45,45%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,26%	3,53%	3,70%	3,83%
Motos ¹	4,64%	5,01%	5,72%	50,72%
RIDE Teresina	3,1%	4,0%	4,6%	
Automóvel	1,03%	1,67%	2,09%	42,97%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,61%	3,52%	3,94%	3,76%
Motos ¹	4,71%	5,23%	5,89%	53,27%

Fonte: SENATRAN. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: ¹Motos = Motocicleta + Motoneta + Ciclomotor.

Na capital Teresina, o avanço da frota total foi relevante: 2,9% (2023-2022), 3,7% (2024-2023) e 4,3% (2025-2024). Os principais destaques foram novamente as motos, que passaram de 4,64% para 5,01% e 5,72%, além do crescimento contínuo do segmento de caminhões, que variou de 2,26% para 3,53% e 3,70%, sugerindo uma ampliação do transporte urbano e intermunicipal.

Por fim, na RIDE Teresina, a evolução seguiu padrão semelhante ao da capital, com crescimento total de 3,1% (2023-2022), 4,0% (2024-2023) e 4,6% (2025-2024). O desempenho das motos foi novamente determinante, com taxas de 4,71%, 5,23% e 5,89%, consolidando-se como principal categoria em expansão. Enquanto isso, automóveis e caminhões cresceram em ritmo mais moderado, com variações de 2,09% e 3,94%, respectivamente, no último período.

A Tabela 15 mostra a evolução da idade média da frota no período compreendido entre junho de 2022 e junho de 2025 e evidencia um processo de renovação em todas as regiões



analisadas. No âmbito nacional, a idade média reduziu-se de 29,55 para 27,95 anos, correspondendo a uma variação negativa de 5,41%. No Nordeste, o recuo foi ainda mais expressivo, passando de 26,61 para 24,85 anos (-6,61%).

Tabela 15 – Idade Média da Frota – Brasil, Nordeste, Piauí, Teresina e RIDE Teresina

Região	Jun./22	Jun./23	Jun./24	Jun./25	Variação Jun./25 – Jun./22
Brasil	29,55	29,04	28,51	27,95	-5,41
Nordeste	26,61	26,06	25,45	24,85	-6,61
Piauí	24,08	23,53	22,94	22,25	-7,60
Teresina	34,66	34,11	33,81	33,48	-3,40
RIDE Teresina	23,72	23,30	22,57	22,08	-6,91

Fonte: SENATRAN. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: A idade média da frota foi calculada tomando como referência o ano de 2025, a partir da diferença entre o ano de referência e o ano modelo do veículo. Dessa forma, quanto menor o resultado, mais recente é a composição da frota em circulação.

No caso do Piauí, observa-se desempenho superior à média nacional e regional, com redução de 24,08 para 22,25 anos (-7,60%), o que indica dinamismo mais intenso no processo de renovação da frota estadual. A RIDE Teresina registrou trajetória semelhante à estadual, reduzindo sua idade média de 23,72 para 22,08 anos (-6,91%), evidenciando um ritmo de renovação mais consistente no entorno da capital. Em contraste, a capital Teresina apresenta quadro distinto: embora tenha registrado queda de 34,66 para 33,48 anos (-3,40%), a frota local permanece significativamente mais envelhecida que a média estadual, regional e nacional.

Em síntese, os resultados sugerem que a renovação da frota é um fenômeno generalizado, porém com maior intensidade no interior do Estado, em contraposição ao núcleo urbano da capital, que mantém idade média substancialmente superior.

3 SERVIÇO

A análise do desempenho do setor de serviços no Brasil tem como principal referência a PMS, realizada e divulgada mensalmente pelo IBGE. A metodologia da PMS baseia-se em informações fornecidas por empresas formalmente constituídas, que têm como atividade principal o enquadramento em diversas áreas de serviços não financeiros, como transportes, armazenagem, serviços de informação e comunicação, profissionais, administrativos e de outros segmentos prestados às famílias e empresas.



Os dados declarados refletem o volume e a receita bruta nominal dessas empresas, o que assegura comparabilidade e padronização estatística, permitindo aferir com maior precisão o desempenho conjuntural do setor. Por ser divulgada mensalmente, a PMS possibilita captar as oscilações de curto prazo, identificar movimentos sazonais e avaliar a dinâmica regional da atividade de serviços.

Adotando-se o consumo de energia elétrica como parâmetro complementar para avaliar o nível de atividade das redes de produção e consumo de bens e serviços, este segmento analisa a oferta, o consumo e os registros de usuários como indicadores para a compreensão da dinâmica da oferta e da prestação de serviços. A incorporação desse insumo estratégico à análise amplia a capacidade de interpretação do cenário, uma vez que o consumo energético reflete, de forma quase imediata, variações no ritmo das atividades econômicas.

3.1 Evolução do Setor de Serviços

Segundo dados da PMS constantes na Tabela 16, o setor de serviços do Estado do Piauí apresentou, no segundo trimestre de 2025, trajetória marcada por quedas sucessivas. Em abril houve retração de -2,2%, seguida de nova queda em maio (-1,4%) e acentuada redução em junho (-4,2%). Com isso, o resultado acumulado do primeiro semestre de 2025 ficou negativo (-1,5%), abaixo da média nacional, que registrou alta de 2,5% no mesmo período. Esse desempenho evidencia fragilidade no ritmo da atividade de serviços no Estado, contrastando com a recuperação observada no agregado do país.

Na comparação regional, o desempenho piauiense foi um dos mais fracos do Nordeste. Estados como Rio Grande do Norte (6,4%), Paraíba (6,0%), Ceará (4,2%) e Alagoas (3,5%) registraram resultados positivos expressivos, enquanto a Bahia (0,2%) apresentou crescimento modesto. Nesse contexto, apenas Pernambuco (-0,1%) e o próprio Piauí encerraram o semestre em terreno negativo.

No cenário nacional, o setor de serviços apresentou crescimento de 1,8% em abril, acelerou para 3,8% em maio e, ainda que em ritmo mais moderado, manteve avanço em junho (2,8%). Esse desempenho levou o acumulado do semestre a 2,5%, sinalizando recuperação gradual da atividade. Entre os maiores destaques positivos no período estão o Distrito Federal (7,9%), o Rio Grande do Norte (6,4%), a Paraíba (6,0%), Santa Catarina (4,6%) e o Ceará (4,2%). Em



contrapartida, os resultados mais negativos foram registrados pelo Rio Grande do Sul (-8,5%), Rondônia (-2,8%) e Piauí (-1,5%).

Assim, enquanto o setor de serviços no Brasil e em boa parte das Unidades da Federação avançou no primeiro semestre de 2025, o Piauí enfrentou retração significativa, situando-se entre os desempenhos mais desfavoráveis do país e destoando da tendência de recuperação observada em outras economias regionais.

Tabela 16 – Variação (%) do volume do setor de serviços por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (abril a junho e acumulados)

Unidade da Federação	Variação			
	Mensal			Acumulada
	Abr.	Maio	Jun.	Jan. a Jun.
Brasil	1,8	3,8	2,8	2,5
Norte				
Acre	-0,8	5,8	-7,3	-3,7
Amapá	0,8	2,3	1,8	2,1
Amazonas	3	4,4	4,1	2,2
Pará	-0,4	0,4	0,1	-0,1
Rondônia	-6,5	-0,3	-7,9	-2,8
Roraima	-2,2	11,8	-3,1	-1,9
Tocantins	31,4	-5,6	4,9	7,7
Nordeste				
Alagoas	3	6,6	0,3	3,5
Bahia	-2,4	-0,8	-2,8	0,2
Ceará	5	2,7	3	4,2
Maranhão	0,6	9,6	4,9	4,2
Paraíba	9	7	3,7	6
Pernambuco	2,8	-0,7	-1,4	-0,1
Piauí	-2,2	-1,4	-4,2	-1,5
Rio Grande do Norte	3,6	4,5	6,4	6,4
Sergipe	7	7,3	0,1	5,9
Centro-Oeste				
Distrito Federal	9	5,3	13,4	7,9
Goiás	1,4	3,2	-1,6	2,5
Mato Grosso	5,9	5	7,8	2,7
Mato Grosso do Sul	5,9	3,6	3,8	2,8
Sudeste				
Espírito Santo	-2,8	1,3	0,6	0,4
Minas Gerais	-1,4	2,5	-0,3	0,6
Rio de Janeiro	1	2,7	0,1	2
São Paulo	2,8	5,9	4	3,9
Sul				
Paraná	0,9	3,2	1,5	1,6
Rio Grande do Sul	-8,8	-9,1	4,5	-8,5
Santa Catarina	5,1	5,8	2,6	4,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nos últimos 12 meses (Tabela 17), o setor de serviços do Piauí registrou crescimento acumulado de 1,4%, resultado inferior à média nacional, de 3,0%, no período de julho de 2024 a junho de 2025. Esse desempenho posicionou o Estado na 18ª posição no ranking nacional,



evidenciando um ritmo de expansão mais moderado frente ao observado nas demais Unidades da Federação.

No contexto regional, o Piauí também apresentou desempenho abaixo ao de estados vizinhos que registraram avanços mais expressivos, como Rio Grande do Norte (8,2%), Paraíba (6,2%) e Ceará (2,7%). Apesar de positivo, o crescimento piauiense indica que o setor de serviços estadual enfrentou maiores dificuldades para sustentar a expansão da atividade, diferentemente do dinamismo observado no Distrito Federal, que liderou o ranking nacional com alta de 8,5%.

Tabela 17 – Variação acumulada (%) do volume do setor de serviços por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)
1	Distrito Federal	8,5
2	Sergipe	8,5
3	Rio Grande do Norte	8,2
4	Amazonas	7,9
5	Amapá	6,5
6	Paraíba	6,2
7	Santa Catarina	6,1
8	Tocantins	5,9
9	São Paulo	4,6
10	Espírito Santo	4,1
11	Alagoas	3,6
12	Maranhão	3,6
13	Rio de Janeiro	2,8
14	Ceará	2,7
15	Paraná	2,7
16	Pernambuco	2,5
17	Minas Gerais	1,4
18	Piauí	1,4
19	Pará	1
20	Bahia	0,8
21	Goiás	0,1
22	Roraima	0
23	Acre	-2,3
24	Rondônia	-2,6
25	Mato Grosso do Sul	-3
26	Mato Grosso	-6,2
27	Rio Grande do Sul	-9,3
Total	Brasil	3,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A variação acumulada da receita nominal do setor de serviços do Piauí nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2025 foi de 6,1% (Tabela 18), resultado inferior à média nacional, de



7,9%. Esse desempenho posicionou o Estado na 19ª colocação no ranking nacional, indicando uma expansão mais moderada em comparação às demais economias regionais.

No contexto do Nordeste, o Piauí ficou atrás de estados como Sergipe (13,9%), Rio Grande do Norte (13,5%), Paraíba (10,8%) e Maranhão (8,1%), que registraram taxas de crescimento mais expressivas. Ainda assim, o resultado piauiense superou o de unidades como o Rio Grande do Sul (5,4%), Pará (4,7%), Goiás (4,2%) e Rondônia (0,3%), além de Mato Grosso, que apresentou retração de -1,6% no período.

Embora não tenha figurado entre os principais destaques regionais, o desempenho do setor de serviços do Piauí demonstra resiliência em um cenário de desaceleração econômica em parte do país. O crescimento, mesmo abaixo da média nacional, confirma que a atividade estadual conseguiu se manter em expansão, preservando sua relevância no contexto do setor de serviços brasileiro.



Tabela 18 – Variação acumulada (%) do volume de receita nominal do setor de serviços por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (julho de 2024 a junho de 2025)
1	Sergipe	13,9
2	Rio Grande do Norte	13,5
3	Amazonas	11,7
4	Distrito Federal	11,7
5	Paraíba	10,8
6	Santa Catarina	10,7
7	Tocantins	9,8
8	Espírito Santo	9,1
9	Amapá	9
10	São Paulo	9
11	Alagoas	8,6
12	Maranhão	8,1
13	Ceará	7,2
14	Paraná	7,1
15	Minas Gerais	6,8
16	Pernambuco	6,8
17	Bahia	6,7
18	Rio de Janeiro	6,4
19	Piauí	6,1
20	Rio Grande do Sul	5,4
21	Pará	4,7
22	Goiás	4,2
23	Roraima	3
24	Acre	1,6
25	Mato Grosso do Sul	1,3
26	Rondônia	0,3
27	Mato Grosso	-1,6
Total	Brasil	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

3.2 Evolução do Mercado de Energia Elétrica

A análise do consumo de energia elétrica constitui um instrumento fundamental para compreender a dinâmica da atividade econômica em diferentes segmentos da sociedade. Como insumo essencial, a energia reflete diretamente o comportamento do setor produtivo, do comércio, do poder público e das famílias, funcionando como um indicador antecedente do nível de atividade econômica. As variações no consumo permitem identificar tendências de crescimento ou retração em setores estratégicos, além de revelar transformações estruturais, como o avanço da urbanização, a modernização do campo e a intensificação da atividade industrial.



Os dados apresentados foram extraídos do portal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), fonte oficial que garante a confiabilidade das informações e permite acompanhar, em detalhe, o comportamento do consumo de energia elétrica por classe de consumidores, contribuindo para uma leitura mais precisa da conjuntura econômica estadual, regional e nacional.

A evolução do consumo de energia elétrica no Piauí ao longo do segundo trimestre de 2025 (Tabela 19) confirma a relevância desse indicador como termômetro da atividade econômica, refletindo tanto a resiliência do consumo das famílias quanto a modernização das atividades produtivas no Estado.

Entre janeiro e junho de 2025, o consumo acumulado totalizou 2.328.805 MWh, um crescimento de 4,33% em relação ao mesmo período do ano anterior, sustentado pelo setor residencial e pelo dinamismo do meio rural, enquanto o setor comercial mostrou expansão moderada e a indústria manteve crescimento em ritmo contido.

Quanto ao consumo por classes, o segmento residencial permanece como o principal vetor da demanda, respondendo por 52,56% do total consumido no semestre. Foram 1.223.930 MWh, equivalentes a uma expansão de 4,96% frente ao mesmo período de 2024, o que reflete tanto o aumento do número de domicílios atendidos quanto a elevação do padrão de consumo das famílias.

Tabela 19 – Evolução do consumo de energia elétrica (MWh) por classe no Piauí – 2º trimestre de 2025 e acumulados

Classe	Jun./24	Abr.25	Mai/25	Jun./25	Jan. a Jun./2025	Variação 24/25 (%)	Participação (%)
Residencial	201.513	198.523	211.570	212.911	1.223.930	4,96	52,56
Comercial	78.939	78.374	82.602	81.464	471.094	1,99	20,23
Industrial	20.809	19.158	21.491	21.303	116.063	3,09	4,98
Rural	25.267	23.667	27.543	29.256	143.434	13,68	6,16
Outros	66.696	64.163	66.995	66.629	374.284	2,47	16,07
Total	393.224	383.885	410.201	411.563	2.328.805	4,33	100,00

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.

O setor comercial, segunda maior classe consumidora, alcançou 471.094 MWh, correspondendo a 20,23% do total e registrando um avanço mais moderado, de 1,99%. Esse resultado indica estabilidade no nível de atividade do setor terciário, compatível com um cenário de recuperação gradual da economia.



O consumo da classe industrial totalizou 116.063 MWh, com alta de 3,09% e participação de 4,98%. Apesar de sua menor fatia no total, a intensidade de uso em cada unidade industrial reforça a importância estratégica do setor, ainda que a expansão observada aponte para um crescimento limitado do parque produtivo local.

Além disso, o segmento rural apresentou o desempenho mais expressivo, com avanço de 13,68% em relação a 2024, alcançando 143.434 MWh. Ainda que represente apenas 6,16% do consumo total, esse crescimento sinaliza maior dinamismo no campo, associado à modernização das atividades agropecuárias e ao uso mais intensivo de equipamentos elétricos.

Por fim, a classe outros – que engloba fornecimento de energia para os poderes públicos, iluminação e saneamento – consumiu 374.284 MWh, com variação positiva de 2,47% e participação de 16,07%. Esse resultado indica estabilidade no fornecimento voltado a serviços essenciais.

No período de junho de 2024 a junho de 2025, o número total de consumidores de energia elétrica no Piauí passou de 1.526.984 para 1.558.415 unidades (Tabela 20), o que representa uma expansão de 2,06%. Esse resultado confirma o processo de ampliação da rede de atendimento no Estado, embora com dinâmicas distintas entre as classes consumidoras.

O segmento residencial permanece amplamente dominante, reunindo 85,48% das unidades consumidoras em junho de 2025. O número de residências atendidas passou de 1.292.746 para 1.332.159, crescimento de 3,05% em um ano. Esse avanço reflete a consolidação da universalização do acesso à energia elétrica e reforça a importância da classe residencial como motor principal da expansão do mercado.

Tabela 20 – Evolução do número de consumidores por classe no Piauí – 2º trimestre

Classe	Jun./24	Abr./25	Mai/25	Jun./25	Variação 24/25 (%)	Participação (%)
Residencial	1.292.746	1.325.879	1.328.037	1.332.159	3,05	85,48
Comercial	89.673	89.043	89.486	89.389	0,32	5,74
Industrial	2.462	2.434	2.421	2.407	2,23	0,15
Rural	112.766	109.895	104.637	104.506	7,32	6,71
Outros	29.337	29.395	29.942	29.954	2,10	1,92
Total	1.526.984	1.556.646	1.554.523	1.558.415	2,06	100,00

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.



O setor comercial, segunda maior classe em número de consumidores, apresentou leve retração de 0,32%, passando de 89.673 para 89.389 unidades. Apesar de manter 5,74% do total, esse desempenho sugere certa estabilidade no setor de serviços e comércio, sem ampliação significativa da base de consumidores. Contudo, por apresentar aumento do consumo em MWh, acredita-se que possa refletir uma maior intensidade de uso da energia pelas empresas existentes, possivelmente refletindo recuperação da atividade econômica, ainda que sem ampliação significativa da base de clientes.

O segmento industrial, tradicionalmente restrito em termos de unidades, reduziu-se de 2.462 para 2.407 consumidores, variação negativa de 2,23%, mantendo participação ínfima de 0,15% do total. Esse dado sinaliza dificuldades na expansão ou manutenção de estabelecimentos industriais, ao mesmo tempo que reforça a elevada intensidade de uso de energia elétrica por estabelecimento.

O setor rural apresentou a maior retração, com queda de 7,32% no número de unidades consumidoras, passando de 112.766 para 104.506 no período. Apesar de responder por 6,71% do total, esse resultado aponta para uma diminuição na base de clientes do meio rural, possivelmente associada à reorganização de propriedades ou incorporação de consumidores em outras categorias tarifárias.

A classe outros cresceu 2,10%, totalizando 29.954 consumidores em junho de 2025. A participação desta classe, embora reduzida (1,92%), mantém relevância por englobar serviços essenciais à coletividade.

Em síntese, a expansão do número total de consumidores no Piauí foi sustentada principalmente pelo crescimento do segmento residencial, que reforça sua hegemonia como classe majoritária. Enquanto isso, o setor comercial mostrou estabilidade, o industrial e o rural encolheram em número de unidades, e a classe outros registrou um leve crescimento. Essa configuração evidencia a urbanização crescente da demanda por energia elétrica no Estado e aponta para desafios no fortalecimento da base produtiva e no atendimento das áreas rurais. Os dados do consumo médio em kWh do Piauí (Tabela 21) mostram que o Estado se destaca no cenário nacional e regional por apresentar crescimento do consumo médio em praticamente todas as classes, com ênfase no setor rural e na indústria, mas também com expansão relevante no consumo residencial e comercial. Esse desempenho reforça a resiliência do mercado local e evidencia transformações estruturais ligadas tanto ao consumo



das famílias quanto à modernização do campo e ao uso intensivo de energia em atividades produtivas.

Tabela 21 – Consumo médio mensal por usuário (KWh) – Brasil, Nordeste e Piauí no 2º trimestre

Classe	jun./24	Abr./25	Maio/25	Jun./25	Variação 24/25 (%)	
Brasil	489,06	495,73	490,91	474,51	-	2,98
Residencial	170,69	175,23	174,41	166,02	-	2,73
Comercial	1.368,28	1.428,68	1.366,95	1.296,46	-	5,25
Industrial	35.566,55	36.289,88	36.773,49	36.002,39		1,23
Rural	668,09	662,31	641,38	664,07	-	0,60
Outros	4.991,52	5.009,55	4.867,34	4.733,13	-	5,18
Nordeste	326,50	328,76	337,78	321,84	-	1,43
Residencial	134,34	134,90	141,33	128,71	-	4,19
Comercial	965,71	978,82	987,46	938,23	-	2,85
Industrial	63.975,55	65.182,09	67.851,32	65.144,15		1,83
Rural	424,07	452,63	415,36	472,45		11,41
Outros	3.393,86	3.443,96	3.485,34	3.378,80	-	0,44
Piauí	257,52	246,61	263,88	264,09		2,55
Residencial	155,88	149,73	159,31	159,82		2,53
Comercial	880,30	880,18	923,07	911,34		3,53
Industrial	8.452,01	7.870,99	8.876,91	8.850,44		4,71
Rural	224,07	215,36	263,22	279,95		24,94
Outros	2.273,45	2.182,79	2.237,49	2.224,38	-	2,16

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.

No segmento residencial, o consumo médio no Piauí foi de 159,82 kWh, com aumento de 2,53%, em sentido oposto às retrações registradas no Brasil (-2,73%) e no Nordeste (-4,19%). Esse dado reforça que as famílias piauienses ampliaram seu padrão de consumo energético, mesmo em um cenário de desaceleração em outras regiões.

O mesmo cenário ocorre nos setores comercial e industrial. O Comercial apresentou consumo médio de 911,34 kWh e crescimento de 3,53%, superando o Nordeste (-2,85%) e o Brasil (-5,25%). Na indústria, o consumo médio no Piauí foi de 8.850,44 kWh, com aumento expressivo de 4,71%, desempenho superior ao Brasil (1,23%) e ao Nordeste (1,83%). Esses dados sinalizam para uma recuperação mais consistente da atividade econômica urbana e elevada intensidade de uso de energia no parque industrial local, mesmo com a retração no número de unidades consumidoras, revelando ganhos de escala ou maior utilização da capacidade instalada.



O setor Rural apresentou a variação mais significativa: alta de 24,94% no consumo médio, atingindo 279,95 kWh por unidade. Esse crescimento foi muito superior ao Brasil (-0,60%) e ao Nordeste (11,41%), refletindo a modernização das atividades agropecuárias, com maior mecanização, irrigação elétrica e uso de equipamentos.

Por outro lado, a classe outros, que inclui serviços públicos, iluminação e saneamento, registrou queda de 2,16% no Piauí, alinhada ao recuo do Brasil (-5,18%) e próximo à estabilidade do Nordeste (-0,44%). O resultado pode estar associado a medidas de eficiência energética ou contenção de gastos públicos.

4 COMERCIO EXTERIOR

As transações comerciais do Piauí com o exterior, no segundo trimestre de 2025, totalizou US\$ 390.693.860 FOB (Free On Board). Esse resultado representa uma queda de 14,85% no valor das exportações em comparação com o mesmo período no ano anterior. Quanto às importações, o Piauí registrou um valor de US\$ 120.488.226, marcando um aumento de 82,07% em relação ao mesmo período de 2024.

Os dados da Tabela 22, referentes ao faturamento e ao volume das exportações do Piauí, no segundo trimestre de 2024 e 2025, revelam uma dinâmica marcada por retração nos principais produtos da pauta estadual, acompanhada por ganhos pontuais em itens de menor peso relativo.

As vendas externas do produto “soja, mesmo triturada” registraram queda de 14,23% no faturamento e de 3,82% no volume, enquanto os seus derivados, como as tortas e resíduos sólidos da extração do óleo, recuaram 55,42% em valor e 47,45% em volume. Esses resultados sugerem que fatores de mercado, especialmente a dinâmica dos preços internacionais, tiveram peso relevante no desempenho do setor.

Entre os demais produtos agrícolas, o mel natural registrou queda de 20,69% no faturamento e expressiva redução de 39,33% no volume, enquanto o algodão apresentou estabilidade em valor (alta de 0,69%) e crescimento de 23,35% no volume exportado, indicando possível ganho de competitividade ou reposicionamento no mercado. No segmento mineral, o minério de ferro apresentou comportamento misto: queda de 17,21% em faturamento, mas crescimento de 16,41% em volume, evidenciando pressão negativa nos preços internacionais.



Por outro lado, alguns produtos ganharam espaço e contribuíram para mitigar as perdas. As ceras vegetais registraram expansão de 59,78% no faturamento e 7,9% no volume, consolidando-se como um nicho relevante. O glicerol em bruto apresentou forte avanço, com alta de 323,52% em valor e 136,34% em volume, enquanto os crustáceos e os peixes congelados mais do que dobraram tanto em faturamento quanto em volume, refletindo o fortalecimento das cadeias da aquicultura e pesca. Destaca-se também as exportações de peles curtidas de ovinos (alta de 688,27% em faturamento e 711,51% em volume) e de cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, que cresceram 65,11% em valor e 134,03% em volume, reforçando a diversificação da pauta.

No agregado, o Estado apresentou queda de 14,85% no faturamento total e de 4,15% no volume exportado, refletindo um cenário de ajustes na soja, mas, também, de oportunidades em cadeias produtivas que vêm se consolidando. Esse movimento sinaliza a necessidade de acompanhar tanto as oscilações do mercado global de *commodities* quanto o potencial de expansão de novos produtos na pauta exportadora do Piauí.



Tabela 22 – Faturamento, volume das exportações e variação (%) no Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Produto	Código SH4	Faturamento (US\$ 1,00)			Volume (kg)		
		2024	2025	Var. (%)	2024	2025	Var. (%)
Soja, mesmo triturada	1201	402.901.564	345.549.162	-14,23	926.186.090	890.804.032	-3,82
Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos	1521	6.512.354	10.405.677	59,78	1.114.100	1.202.068	7,90
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2304	21.916.975	9.771.385	-55,42	58.427.082	30.705.419	-47,45
Mel natural	409	10.186.754	8.078.786	-20,69	4.016.557	2.436.977	-39,33
Algodão, não cardado nem penteado	5201	7.710.003	7.762.899	0,69	3.909.273	4.822.082	23,35
Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	2601	5.660.009	4.686.126	-17,21	98.278.739	114.403.947	16,41
Glicerol em bruto; águas e lixívias, glicéricas	1520	234.158	991.696	323,52	1.014.920	2.398.690	136,34
Peles curtidas ou em crosta de ovinos, depiladas	4105	117.495	926.174	688,27	4186	33.970	711,51
Crustáceos, mesmo sem casca; crustáceos com casca	306	361.780	696.130	92,42	9.752	22.328	128,96
Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes da posição 03.04	303	203.378	528.942	160,08	27.010	58.917	118,13
Compostos heterocíclicos exclusivamente de hetero-átomo(s) de oxigênio	2932	357.932	242.083	-32,37	8.360	5.940	-28,95
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados	801	140.136	231.377	65,11	10.660	24.948	134,03
Couros e peles em bruto de bovinos ou de equídeos	4101	0	179.472	0,00	0	587.160	0,00
Couros e peles, depilados, de outros animais e peles de animais desprovidos de pelos, curtidos ou em crosta	4106	0	138.071	0,00	0	16.787	0,00
Ouro em formas brutas ou semimanufacturadas, ou em pó	7108	0	132.909	0,00	0	1	0,00
Alcaloides vegetais, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	2939	1888520	0	-100,00	540	0	-100,00
Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção	2516	136.148	0	-100,00	501.090	0	-100,00
Veios (árvores) de transmissão e manivelas; chumaceiras e bronzes; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores	8483	133.061	12.620	-90,52	42.120	193	-99,54
Couros preparados após curtimenta ou após secagem e couros e peles apergaminhados	4112	131.928	0	-100,00	4.095	0	-100,00
Quartzo e quartzites	2506	62.715	40.215	-35,88	179.990	180130	0,08
Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos	713	47.638	93038	95,30	71.539	124071	73,43
Heterósidos, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	2938	11.598	0	-100,00	425	0	-100,00
Demais Produtos	-	97.669	227.098	132,52	114.049	704.692	517,89
Total	-	458.811.815	390.693.860	-14,85	1.093.920.577	1.048.532.352	-4,15

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: (1) Algodão sem caroço.

(*) Códigos SH4 dos demais produtos: 2940, 8712, 3305, 5701, 9506, 4106, 3405, 3307, 302, 3923, 801, 2604, 2938, 3924, 6108, 6802, 6910, 7116, 7326, 8483, 9603.

Na passagem do segundo trimestre de 2024 para o mesmo período de 2025, a pauta exportadora do Piauí apresentou mudanças significativas, com o desaparecimento de alguns produtos e a inserção de novos itens. Entre os que deixaram de ser exportados, destacam-se os alcaloides vegetais, o granito e outras pedras de cantaria, os couros preparados após curtimenta e os heterósidos, todos com registro em 2024, mas sem embarques em 2025.



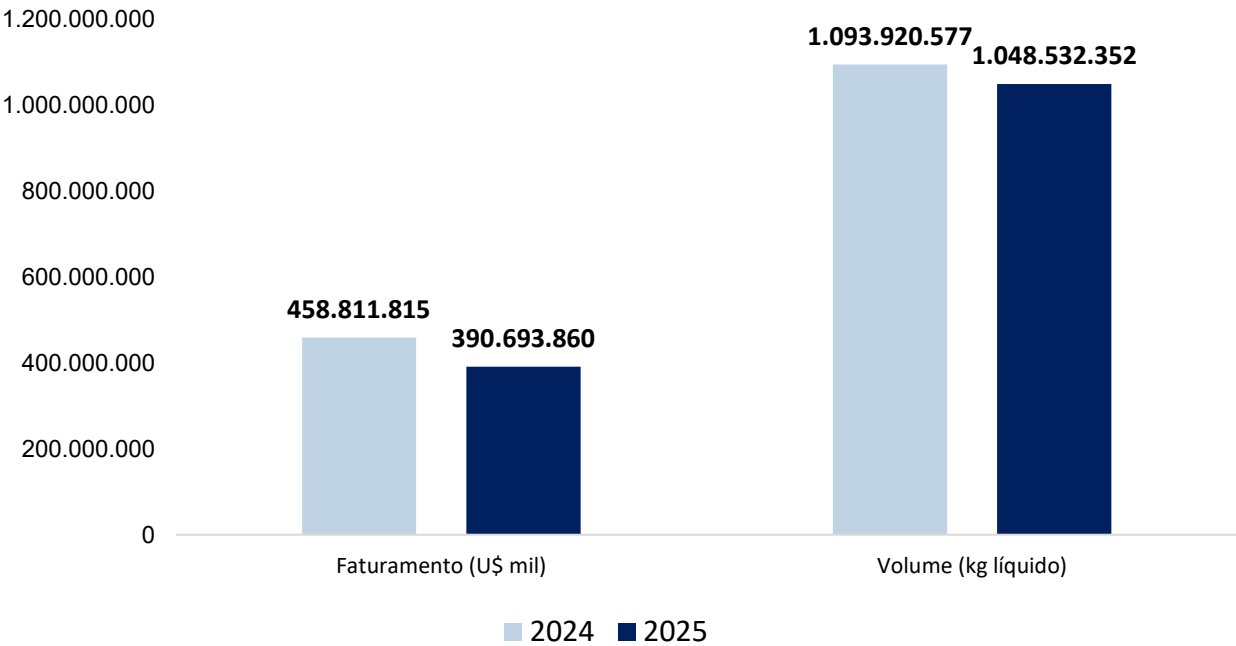
Por outro lado, surgiram na lista de exportações piauienses produtos como os couros e peles em bruto de bovinos ou equídeos, os couros e peles depilados de outros animais e o ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, que não apareciam no período anterior. Essa recomposição mostra que, embora determinados nichos industriais e químicos tenham perdido espaço, outros segmentos, ligados sobretudo ao couro e à mineração, passaram a ganhar relevância, reforçando a diversidade e a capacidade de renovação da pauta estadual. A variação do faturamento e volume das exportações anuais estão dispostos nos dados da Tabela 23 e do Gráfico 6 a seguir.

Tabela 23 – Faturamento e volume das exportações no Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Exportações	2024	2025	Var. (%)
Faturamento (U\$ mil)	458.811.815	390.693.860	-14,85
Volume (kg líquido)	1.093.920.577	1.048.532.352	-4,15

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 6 – Faturamento e volume das exportações no Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No contexto nacional, o desempenho das exportações brasileiras apresentou redução de -0,5% no valor FOB em relação ao mesmo trimestre de 2024 (Tabela 24). Ocorreu diminuição nas exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (-6,74%), soja (-8,04%) e de minério de ferro e seus concentrados (-8,98%). Em contrapartida, o país registrou

aumento das exportações de café (28,40%), carne bovina (39,24%) e automóveis de passageiros (74,27%).

Com relação ao comportamento das exportações brasileiras por estados, o Ceará figura em primeiro colocado com maior crescimento devido ao aumento de 321,34% das exportações de produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado. O Piauí ficou em 21º em relação ao Brasil e 6º em relação ao Nordeste, conforme os dados apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 – Comportamento das exportações por Unidades da Federação em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Unidade da Federação	2º tri de 2024	2º tri de 2025	Var. (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Brasil	89.249.429.592	88.805.868.721	-0,50
Acre	32.913.398	31.528.579	-4,21
Sergipe	122.773.431	85.203.047	-30,60
Tocantins	1.034.934.397	1.004.867.107	-2,91
Distrito Federal	81.250.236	79.985.563	-1,56
Rio Grande do Norte	302.501.661	201.083.417	-33,53
Paraíba	33.489.354	28.987.371	-13,44
Ceará	280.389.504	723.098.568	157,89
Mato Grosso do Sul	2.920.267.762	2.784.243.668	-4,66
Rio Grande do Sul	4.901.057.479	4.647.925.538	-5,16
Piauí	458.811.815	390.693.860	-14,85
Goiás	3.947.591.883	3.816.999.203	-3,31
Bahia	2.803.454.366	2.709.273.584	-3,36
Santa Catarina	2.921.243.947	3.089.900.166	5,77
Rondônia	892.166.674	1.022.506.342	14,61
Alagoas	225.269.951	163.407.488	-27,46
Maranhão	1.546.613.003	1.453.491.559	-6,02
Pará	5.787.420.838	5.841.276.235	0,93
Minas Gerais	10.916.930.163	11.466.410.232	5,03
Paraná	6.085.789.854	5.769.469.320	-5,20
Pernambuco	505.879.208	742.080.530	46,69
São Paulo	17.503.648.753	17.462.549.256	-0,23
Espírito Santo	2.663.582.102	2.367.154.748	-11,13
Rio de Janeiro	12.878.752.203	12.112.723.093	-5,95
Mato Grosso	8.692.228.163	8.694.698.667	0,03
Amazonas	269.847.817	210.039.747	-22,16
Roraima	56.353.004	31.757.014	-43,65
Amapá	34.160.756	27.593.469	-19,22
Não Declarada	1.350.107.870	1.846.921.350	36,80

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

As participações das exportações por estados, em termos de faturamento, encontram-se na Tabela 25.

Em relação à participação do Piauí no total exportado pelo país, o aumento no valor FOB da soja e de quantidade de outros produtos agrícolas comercializados decresceu de 0,51% no segundo trimestre de 2024 para 0,44% no segundo trimestre de 2025. Apesar do crescimento da contribuição das exportações piauienses, o Estado mantém, assim como no primeiro trimestre móvel de 2024, a vigésima primeira posição de participação entre todos as Unidades da Federação. Os entes com as maiores contribuições foram São Paulo (19,66%), Rio de Janeiro (13,64%) e Minas Gerais (12,91%).

Tabela 25 – Participação das exportações por Unidades da Federação em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Unidade da Federação	2024		2025	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação %	Valor (US\$ 1,00)	Participação %
Brasil	89.249.429.592	100,00	88.805.868.721	100,00
São Paulo	17.503.648.753	19,61	17.462.549.256	19,66
Rio de Janeiro	12.878.752.203	14,43	12.112.723.093	13,64
Minas Gerais	10.916.930.163	12,23	11.466.410.232	12,91
Mato Grosso	8.692.228.163	9,74	8.694.698.667	9,79
Pará	5.787.420.838	6,48	5.841.276.235	6,58
Paraná	6.085.789.854	6,82	5.769.469.320	6,50
Rio Grande do Sul	4.901.057.479	5,49	4.647.925.538	5,23
Goiás	3.947.591.883	4,42	3.816.999.203	4,30
Santa Catarina	2.921.243.947	3,27	3.089.900.166	3,48
Mato Grosso do Sul	2.920.267.762	3,27	2.784.243.668	3,14
Bahia	2.803.454.366	3,14	2.709.273.584	3,05
Espírito Santo	2.663.582.102	2,98	2.367.154.748	2,67
Maranhão	1.546.613.003	1,73	1.453.491.559	1,64
Rondônia	892.166.674	1,00	1.022.506.342	1,15
Tocantins	1.034.934.397	1,16	1.004.867.107	1,13
Pernambuco	505.879.208	0,57	742.080.530	0,84
Ceará	280.389.504	0,31	723.098.568	0,81
Piauí	458.811.815	0,51	390.693.860	0,44
Amazonas	269.847.817	0,30	210.039.747	0,24
Rio Grande do Norte	302.501.661	0,34	201.083.417	0,23
Alagoas	225.269.951	0,25	163.407.488	0,18
Sergipe	122.773.431	0,14	85.203.047	0,10
Distrito Federal	81.250.236	0,09	79.985.563	0,09
Roraima	56.353.004	0,06	31.757.014	0,04
Acre	32.913.398	0,04	31.528.579	0,04
Paraíba	33.489.354	0,04	28.987.371	0,03
Amapá	34.160.756	0,04	27.593.469	0,03
Não Declarada	1.350.107.870	1,51	1.846.921.350	2,08

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No cenário regional, o resultado apresentado demonstra que a região Nordeste foi a que mais cresceu em volume de faturamento (3,47%) seguida da região Norte (0,76%). Sul (-2,88%),

Centro-Oeste (-1,70%) e Sudeste (-1,26%) acumularam diminuições no faturamento das exportações, como evidenciam os dados da Tabela 26.

Tabela 26 – Desempenho das exportações brasileiras por Grandes Regiões em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Região	2024	2025	Variação (%)
	(US\$ 1,00)	(US\$ 1,00)	
Nordeste	6.279.182.293	6.497.319.424	3,47
Sul	13.908.091.280	13.507.295.024	-2,88
Norte	8.107.796.884	8.169.568.493	0,76
Centro-Oeste	15.641.338.044	15.375.927.101	-1,70
Sudeste	43.962.913.221	43.408.837.329	-1,26
Não Declarada	1.350.107.870	1.846.921.350	36,80

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

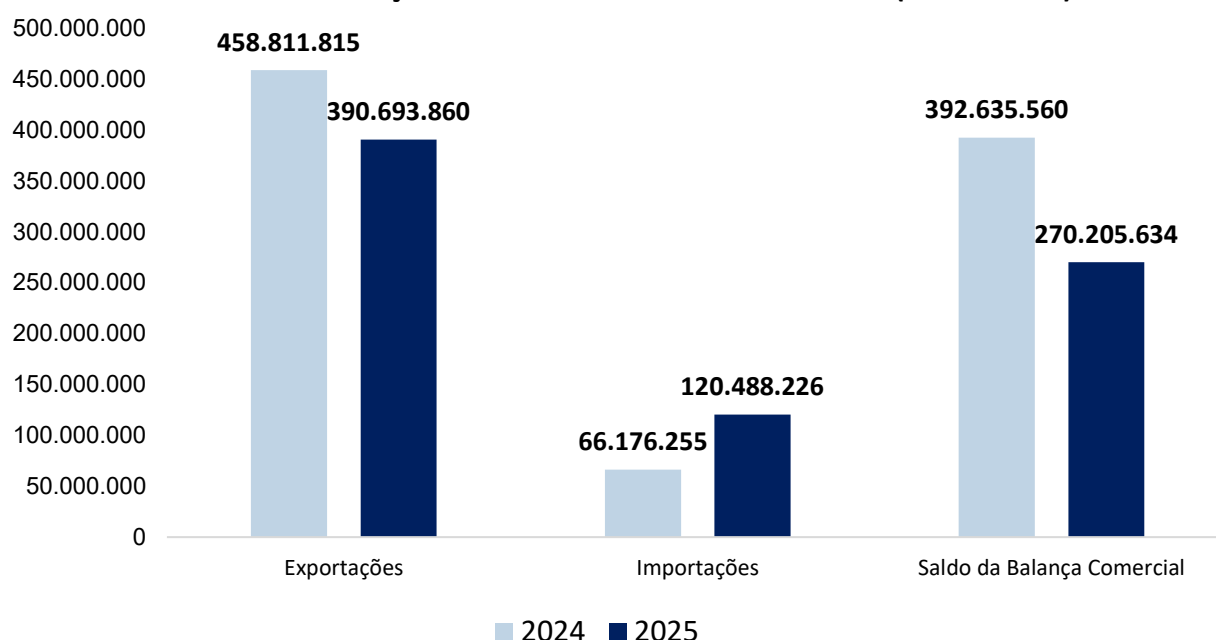
Em relação às transações comerciais internacionais totais, o saldo da balança comercial, que leva em conta o valor das exportações menos as importações, foi de US\$ 270.205.634, uma variação de -31,18% em relação ao saldo apresentado no segundo trimestre de 2024 (US\$ 392.635.560), como mostra a Tabela 27 e o Gráfico 7. Este resultado é decorrente do crescimento mais acentuado das importações (82,07%) em comparação com o crescimento no valor das exportações (-14,85%).

Tabela 27 – Saldo da balança comercial no Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Balança Comercial	2024	2025	Var. %
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Exportações	458.811.815	390.693.860	-14,85
Importações	66.176.255	120.488.226	82,07
Saldo da Balança Comercial	392.635.560	270.205.634	-31,18

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 7 – Saldo da balança comercial no Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 28 destaca os principais produtos exportados pelo Piauí, com suas respectivas participações. Em termos de valor FOB (US\$), a soja, mesmo triturada, manteve-se como o principal produto exportado, respondendo por 84,96% do total. O destaque positivo do período foi a expansão das exportações de minérios de ferro e seus concentrados, cuja participação avançou de 1,23% em 2024 para 10,91% em 2025. Esse resultado evidencia a crescente importância do setor mineral na pauta do Estado, diversificando parcialmente a estrutura exportadora.



Tabela 28 – Principais produtos exportados e participação no mercado do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Principais Produtos Exportados	2024	2025
	Participação %	Participação %
Soja, mesmo triturada	87,81	84,96
Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	1,23	10,91
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	4,78	2,93
Algodão, não cardado nem penteado	1,68	0,46
Mel natural	2,22	0,23
Glicerol em bruto; águas e lixívias, glicéricas	0,05	0,23
Ceras vegetais (exceto triglicérides), ceras de abelha ou de outros insetos e espermacete, mesmo refinados ou corados	1,42	0,11
Demais produtos	0,80	0,17
Total	100	100

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros itens agrícolas tradicionais, como algodão e mel natural, também apresentaram retração expressiva, reduzindo suas participações para 0,46% e 0,23%, respectivamente. Produtos de menor peso, como glicerol em bruto, tiveram leve avanço, enquanto ceras vegetais e a categoria “demais produtos” encolheram significativamente.

Os principais países de destino das exportações piauienses, no segundo trimestre de 2024 e 2025, encontram-se na Tabela 29 e no Gráfico 8. A China manteve-se como principal parceiro comercial, absorvendo 73,56% das vendas externas do Estado, participação superior à registrada em 2024 (72,19%), apesar da queda de 13,23% no faturamento.

Entre os demais destinos, observou-se retração de tradicionais parceiros europeus, como Espanha (queda de 18,18% no faturamento, com participação reduzida para 6,74%) e Alemanha (-94,51%). Também se destacaram reduções expressivas para Turquia (-95,13%), Bangladesh (-89,93%) e Egito (-85,65%), países que em 2024 tinham maior participação relativa na pauta estadual.

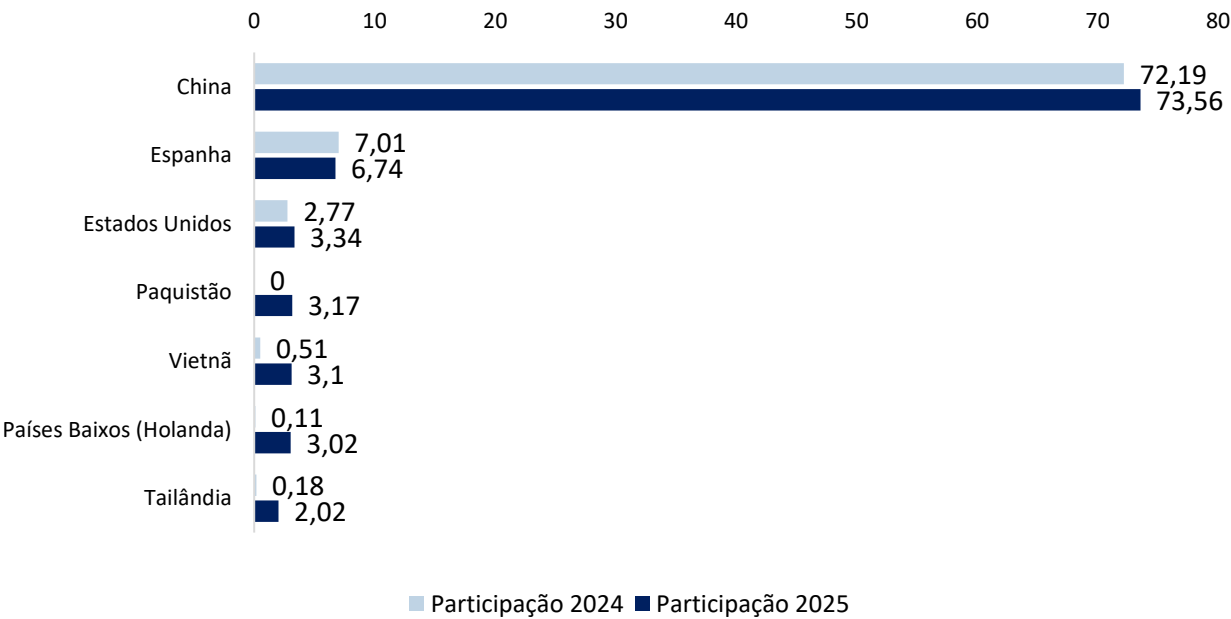


Tabela 29 – Principais países de destino, faturamento e participação (%) do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

País	2024		2025		Variação (%)
	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	
China	331.205.923	72,19	287.401.370	73,56	-13,23
Espanha	32.160.608	7,01	26.314.415	6,74	-18,18
Estados Unidos	12.690.219	2,77	13.039.419	3,34	2,75
Paquistão	9.385	0,00	12.379.412	3,17	131.806,36
Vietnã	2.337.336	0,51	12.100.270	3,10	417,69
Países Baixos (Holanda)	503.945	0,11	11.805.639	3,02	2.242,64
Tailândia	837.504	0,18	7.902.515	2,02	843,58
Irã	0	0,00	7.840.700	2,01	0,00
Japão	2.737.658	0,60	1.491.874	0,38	-45,51
Egito	9.544.084	2,08	1.369.141	0,35	-85,65
Índia	30.805	0,01	1.233.811	0,32	3.905,23
Bangladesh	11423163	2,49	1.150.230	0,29	-89,93
Portugal	275.491	0,06	1.053.783	0,27	282,51
Turquia	20.911.791	4,56	1.017.477	0,26	-95,13
Alemanha	16.953.104	3,70	930.188	0,24	-94,51
Bélgica	237186	0,05	463.060	0,12	95,23
Canadá	78.663	0,02	438.175	0,11	457,03
França	216.777	0,05	438.170	0,11	102,13
Indonésia	24.460	0,01	424.168	0,11	1.634,13
Malásia	47.329	0,01	367.789	0,09	677,09
África do Sul	0	0,00	346.450	0,09	0,00
Itália	377176	0,08	252.265	0,06	-33,12
Coreia do Sul	453.089	0,10	139.882	0,04	-69,13
Emirados Árabes Unidos	0	0,00	132.909	0,03	0,00
Taiwan (Formosa)	6.195.876	1,35	115973	0,03	-98,13
Chile	14.297	0,00	115800	0,03	709,96
Outros Países	9.545.946	2,08	428.975	0,11	-95,51
Total	458.811.815	100	390.693.860	100	142.438

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 8 – Participação nas exportações (%) do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Por outro lado, alguns novos mercados ganharam importância em 2025. O Paquistão passou a responder por 3,17% das exportações, assim como o Vietnã (3,10%) e os Países Baixos (3,02%), tendo a soja, mesmo triturada, como principal produto comercializado. Ademais, países como a Índia, com variação de 3.905,23%, e a Indonésia, com 1.634,13%, destacaram-se pelo expressivo crescimento do faturamento, impulsionado sobretudo pelo envio de glicerol em bruto, águas e lixívias glicéricas e de algodão não cardado nem penteado, respectivamente.

A seguir, na Tabela 30, evidencia-se os principais blocos econômicos de destino das exportações piauienses, quais sejam: Ásia (US\$ 324.707.294) e União Europeia (US\$ 41.259.275), concentrando 93,67% da exportação dos produtos originários do Piauí.

Tabela 30 – Principais blocos econômicos de destino do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Principais Blocos Econômicos de Destino	2024		2025	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	355.302.528	77,44	324.707.294	83,11
União Europeia – EU	50.726.587	11,06	41.259.275	10,56
Oriente Médio	28.173	0,01	7.973.609	2,04
África	9.993.992	2,18	1.940.562	0,50
América do Norte	12.811.108	2,79	13.490.214	3,45
Demais Blocos	29.949.427	6,53	1.322.906	0,34
Total	458.811.815	100,00	390.693.860	100,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



Outro destaque é o Oriente Médio que ganhou relevância, saltando de 0,01% no segundo trimestre de 2024 para 2,04% no segundo trimestre de 2025, com embarques de US\$ 7,9 milhões, sinalizando diversificação pontual da pauta. A América do Norte apresentou ligeiro crescimento, passando de US\$ 12,8 milhões (2,79%) para US\$ 13,5 milhões (3,45%), mantendo papel secundário, mas em trajetória ascendente.

Em contrapartida, houve forte retração nas exportações para a África, que caíram de US\$ 9,99 milhões (2,18%) para apenas US\$ 1,9 milhão (0,50%), e também para os demais blocos, que reduziram de 6,53% para 0,34% do total exportado. O resultado evidencia uma maior concentração geográfica das exportações, ao mesmo tempo em que se observa a perda de dinamismo em mercados alternativos, como África e blocos menores.

Os principais municípios piauienses exportadores no segundo trimestre, com valores e os produtos exportados, apresentam-se na Tabela 31. Observa-se que, embora a soja continue dominando a pauta exportadora dos municípios piauienses, alguns polos vêm ampliando sua inserção em nichos específicos, como ceras vegetais (Parnaíba e Campo Maior), mel (Picos), mineiras não metálicos (Juazeiro do Piauí), pedras naturais para pavimentação (Castelo do Piauí) e produtos industriais e minerais de menor escala (Teresina e Guadalupe), o que contribui para certa diversificação.



Tabela 31 – Principais municípios exportadores, valores e produtos exportados do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Município	2024 (US\$ 1,00)	2025 (US\$ 1,00)	Principais Produtos Exportados
Uruçuí	138.495.854	75.007.386	Soja, mesmo triturada
Bom Jesus	121.373.608	73.059.640	Soja, mesmo triturada
Monte Alegre do Piauí	27.304.032	37.964.201	Soja, mesmo triturada
Corrente	25.598.906	21.085.395	Soja, mesmo triturada
Santa Filomena	9.236.425	10.740.407	Soja, mesmo triturada
Parnaíba	5.207.550	7.980.834	Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos
Baixa Grande do Ribeiro	4.098.120	7.663.538	Soja, mesmo triturada
Picos	3.787.879	5.073.163	Mel natural
Campo Maior	3.375.606	3.684.748	Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos
Oeiras	4.071.665	2.293.661	Mel natural
Geminiano	413.990	545.274	Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos
Ribeiro Gonçalves		309.627	Soja, mesmo triturada
Altos	1.549	122.500	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados
Luís Correia	20.306	105.251	Peixes congelados, exceto os filés de peixes
Castelo do Piauí	44.376	57.910	Pedras para calcetar, meios-fios e placas (lajes) para pavimentação, de pedra natural (exceto a ardósia)
Juazeiro do Piauí	32.636	31.278	Quartzito (exceto areias naturais); quartzites
Currais	2.178.215	23.665	Soja, mesmo triturada
Lagoa do Barro do Piauí	133.061	12.620	Veios de transmissão e manivelas; chumaceiras (mancais) e bronzes; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de transmissão
Teresina	13.964	12.147	Preparações capilares
Guadalupe		8.100	Carvão ativado; matérias minerais naturais ativadas

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O total de importações no período atingiu US\$ 120.488.226, aumento de 82,07% em relação ao segundo trimestre de 2024 (Tabela 32). A composição da pauta importadora evidencia uma maior presença de bens industriais e insumos ligados à transformação produtiva e à infraestrutura elétrica e mecânica, reforçando a ligação das compras externas com a expansão da atividade econômica.

Tabela 32 – Principais produtos importados, valor, participação e variação (%) do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Produto	CódigoSH4	2024		2025		Variação do Valor (%)
		Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	
Díodos, transistores e dispositivos semelhantes com semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores	8541	13.799.757	20,85	33.976.786	28,20	146,21
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos, bobinas de reatância e de autoindução	8504	1.428.089	2,16	20.172.680	16,74	1.312,56
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos	7208	5.138.103	7,76	16.966.102	14,08	230,20
Fio-máquina de ferro ou aço não ligado	7213	1.563.211	2,36	6.694.088	5,56	328,23
Fios, cabos e outros condutores, isolados para usos elétricos, mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente	8544	250.425	0,38	6.549.088	5,44	2.515,19
Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos	7210	11.795.280	17,82	4.680.415	3,88	-60,32
Perfis de ferro ou aço não ligado	7216	940.567	1,42	3.914.279	3,25	316,16
Trigo e mistura de trigo com centeio	1001	4.426.211	6,69	3.445.860	2,86	-22,15
Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente, para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como o aquecimento, cozimento, torrefacção	8419	1.790	0,00	2.340.041	1,94	130.628,55
Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	8479	885.658	1,34	1.283.305	1,07	44,90
Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes para comando elétrico ou distribuição de energia eléctrica	8537	278.990	0,42	1.914.957	1,59	586,39
Veículos automóveis para usos especiais	8705	0	0,00	1.848.199	1,53	0,00
Grupos electrogêneos e conversores rotativos, elétricos	8502	8.655.639	13,08	0	0,00	0,00
Outros veículos aéreos	8802	1.327.645	2,01	0	0,00	0,00
Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas	8503	1.238.552	1,87	3947	0,00	-99,68
Cordas, cabos, entrançados, lingas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	7312	1.098.512	1,66	720	0,00	-99,93
Aduos (fertilizantes) minerais ou químicos, fosfatados	3103	1.011.249	1,53	0	0,00	0,00
Demais Produtos	-	12.336.577	18,64	16.697.759	13,86	35,35
Total		66.176.255	100	120.488.226	100	82,07

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Para os Demais Produtos, considerar os seguintes códigos - Código SH4: 4105, 8537, 8535, 7408, 8437, 801, 8422, 202, 2916, 3822, 7606, 9304, 8481, 4011, 8436, 305, 8438, 4106, 4013, 2915, 8536, 703, 9027, 8538, 8441, 3920, 3926, 8421, 3202, 9402, 8501, 8407, 8519, 3204, 3402, 9018, 8518, 2834, 2004, 9021, 7604, 8413, 3921, 8465, 8483, 2840, 2931, 7013, 2833, 8409, 9617, 6813, 3907, 8414, 3924, 7318, 6910, 8302, 8527, 9032, 9506, 8418, 9306, 4823, 7326, 9030, 8306, 1901, 8514, 4016, 3918, 3002, 8419, 3919, 8460, 8528, 4202, 7007, 8471, 8466, 9017, 9015, 8532, 8482, 7315, 9505, 9013, 8539, 5602, 8545, 5603, 8511, 9401, 3923, 9503, 8461, 8213, 8542, 7323, 9026, 8513, 5705, 8301, 8208, 8484, 8505, 5903, 9603, 8412, 7616, 3917, 8209, 1105, 9403, 7419, 8205, 8450, 9025, 7311, 9031, 6307, 8424, 8508, 8506, 8207, 9405, 8206, 8428, 6702, 9029, 4811, 8711, 8543, 7304, 6601, 8201, 8533, 8311, 8534, 6304, 8203, 6913, 4819, 8515, 8431, 7214, 4009, 8214, 7320, 7307, 4010, 8204, 3506, 4602, 8503, 8467, 7009, 8215, 8516, 8507, 7615, 5703, 6114, 9615, 4911, 4421, 8509, 4419, 8202, 6110, 6912, 9004, 6211, 4420, 7412, 7212, 8211, 7308, 6109, 8512, 6505, 9620, 9002, 1212, 1902, 2008, 2103, 2204, 2710, 2712, 2844, 2917, 3404, 3820, 3902, 3925, 4008, 4203, 4810, 6115, 6203, 6404, 6804, 6805, 7220, 7229, 7314, 7413, 7610, 8307, 8310, 8425, 8449, 8451, 8455, 8473, 8477, 8480, 8487, 8502, 8523, 8526, 8529, 8531, 8547, 9001, 9012, 9022, 9033



Entre os principais produtos, destacam-se os díodos, transistores e dispositivos semicondutores, que alcançaram US\$33,9 milhões e ampliaram sua participação de 20,85% para 28,20%, confirmando a importância do setor eletroeletrônico. Outro avanço marcante foi observado em transformadores e conversores elétricos chegando a US\$20,1 milhões e representando 16,74% do total. Produtos siderúrgicos também tiveram desempenho expressivo: os laminados planos de ferro ou aço não responderam por 14,08% da pauta, enquanto o fio-máquina de aço com 5,56% de participação.

Além disso, em 2025 surgem registros de importação de veículos automóveis para usos especiais, com US\$ 1,8 milhão. Por outro lado, outros produtos desapareceram da pauta, como grupos eletrogêneos, veículos aéreos e adubos fosfatados, que em 2024 tinham alguma participação.

A Tabela 33 mostra a origem das importações piauienses, por blocos econômicos, com os respectivos valores, participações e variações.

Tabela 33 – Origem das importações piauienses, valores, participação e variação (%) do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

Principais Blocos Econômicos de Origem	2024		2025		Valor Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	49.415.205	74,67	85.686.113	71,12	73,40
Mercado Comum do Sul – Mercosul	4.519.605	6,83	3.450.060	2,86	-23,66
África	1.337.594	2,02	20.446.102	16,97	1.428,57
União Europeia – EU	5.438.486	8,22	6.517.334	5,41	19,84
Demais Blocos	5.465.365	8,26	4.388.617	3,64	-19,70
Total	66.176.255	100	120.488.226	100	82,07

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Ao longo do período em análise, houve um aumento no volume de importações realizadas entre agentes e empresas do Piauí e a África (1.428,57%), devido à importação de produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm (US\$ 12.784.085) e de fio-máquina de ferro ou aço não ligado (US\$ 4.976.263), ambos oriundos do Egito e que corresponderam a 86,86% do total importado do bloco pelo Estado.

A Ásia manteve a liderança como principal origem das importações, com US\$ 85,7 milhões e participação de 71,12% do total. Apesar da expansão expressiva em valores (+73,4% em relação a 2024), a região perdeu participação relativa frente ao ano anterior (74,67%). A União



Europeia também registrou expansão, com compras passando de US\$ 5,4 milhões (8,22%) para US\$ 6,5 milhões (5,41%), alta de 19,84% no valor (US\$), mas perda de representatividade no conjunto das importações. Em contrapartida, o Mercosul apresentou retração de 23,66%, com queda de participação de 6,83% para 2,86%, refletindo menor fluxo de comércio com os países vizinhos. Os demais blocos também encolheram, de US\$ 5,5 milhões (8,26%) para US\$ 4,4 milhões (3,64%), redução de 19,70% no valor (US\$).

Os principais países de origem das importações piauienses estão listados na Tabela 34, a seguir, trazendo a China como o principal país fornecedor dos produtos adquiridos pelo Piauí no exterior no segundo trimestre de 2025. As transações com esse parceiro apresentaram um aumento de 85,69% em relação às importações acumuladas com este país nos meses de abril a junho do ano anterior.

Tabela 34 – Principais países de origem das importações do Piauí em 2024 e 2025 (2º trimestre)

País	2024		2025		Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação	
China	45.340.236	68,51	84.192.770	69,88	85,69
Egito	457999	0,69	20.157.790	16,73	4.301,27
Espanha	993055	1,50	4.250.932	3,53	328,07
Argentina	4.519.605	6,83	2.250.060	1,87	-50,22
Estados Unidos	2.202.589	3,33	1.754.130	1,46	-20,36
Uruguai	0	0,00	1.200.000	1,00	0,00
Alemanha	1.530.895	2,31	995.430	0,83	-34,98
Itália	738.908	1,12	994.431	0,83	34,58
México	2.082.645	3,15	837.132	0,69	-59,80
Peru	762.288	1,15	766.335	0,64	0,53
Israel	13.770	0,02	740.494	0,61	5.277,59
Malásia	275.221	0,42	530.661	0,44	92,81
Vietnã	324	0,00	276.821	0,23	85.338,58
Tailândia	786	0,00	224.400	0,19	28.449,62
Nigéria	237.510	0,36	187.414	0,16	-21,09
Outros Países	7.020.424	10,61	1.129.426	0,94	-83,91
Total	66.176.255	100	120.488.226	100	82

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Ainda com relação à China, o valor das importações de origem chinesa apresentou um crescimento de 85,69%, resultado do aumento da importação de díodos, transistores e dispositivos semelhantes com semicondutores em 145,82%, e transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos, bobinas de reatância e de autoindução em 43.409,20%. As compras desses produtos equivalem a 63,08% do valor importado pelo Piauí do país no segundo trimestre de 2025.



Além disso, produtos laminados planos de ferro ou outras ligas de aço na posição SH4 7209 e SH4 7225 acumularam juntos um valor FOB importado de US\$ 2.661.467, equivalente a 3,16% do total importado da China, sendo que estes produtos não haviam sido importados entre abril e junho de 2024.

Países que apresentaram um grande crescimento em relação ao segundo trimestre de 2024 foram: Egito (4.301,27%), devido à importação de produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm (US\$ 12.784.085); Espanha (193,56%), pela importação de veículos automóveis para usos especiais (US\$ 1.848.199); e Vietnã (85.338,58%), devido à importação de pneumáticos novos, de borracha (US\$ 198.758).

A Argentina, que foi o segundo maior parceiro comercial do Estado entre abril e junho de 2024, apresentou uma redução de 50,22% no valor importado devido à diminuição de importação do trigo e mistura de trigo com centeio na posição SH4 1001. Já os Estados Unidos, que foi o terceiro maior parceiro comercial no 2º trimestre de 2024, apresentou uma redução no valor importado de -20,36%, devido à queda no volume importado de outros veículos aéreos na posição SH4 8802 de -100%. Outros países que também tiveram grande redução no período interanual foram México (-59,8%), Alemanha (-34,98%) e Nigéria (-21,09%).

5 PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um sistema público de proteção social e tem como objetivo garantir renda e meios indispensáveis de manutenção ao trabalhador segurado e seus familiares na ocasião de sua aposentadoria, bem como protegê-los contra riscos econômicos decorrentes de problemas relacionados à saúde, incapacidades e de outras situações que impeçam o trabalho do profissional.

O resultado dessa cobertura lança uma importante avaliação sobre como a população idosa e/ou o trabalhador acometido por fatores incapacitantes vivem, uma vez que esse sistema de seguro tem um relevante impacto na renda domiciliar e no consumo das famílias de seus beneficiários.

O quadro instituído pela Previdência Social no Piauí, relativo ao número de aposentados e pensionistas até o final do segundo trimestre de 2025, encontra-se na Tabela 35, que também traz um comparativo ao quadro existente durante o mesmo período de 2024.



Em termos de quantidade de beneficiários, observa-se crescimento em todos os meses. Em janeiro de 2025, o número de beneficiários aumentou 4,13% em relação a janeiro de 2024; em fevereiro, a alta foi de 3,46% e, em março, de 2,75%. No segundo trimestre, o ritmo manteve-se estável, com variações próximas entre 2,34% e 2,53%.

Em termos financeiros, os valores desembolsados tiveram crescimento bem mais expressivo. O gasto no primeiro trimestre subiu de R\$ 2,95 bilhões em 2024 para R\$ 3,24 bilhões em 2025, variação de 9,75%. No segundo trimestre, o crescimento foi semelhante, elevando o total do primeiro semestre de R\$ 6,92 bilhões em 2024 para R\$ 7,59 bilhões em 2025.

Os dois trimestres apresentaram desempenho semelhante, com expansão de 9,75% no primeiro e 9,79% no segundo em termos de valores desembolsados. Esse movimento indica que, além do aumento do número de segurados, houve elevação no valor médio dos benefícios pagos, possivelmente influenciado por reajustes previdenciários.

Tabela 35 – Beneficiários da Previdência Social no Piauí em 2024-2025 (janeiro a junho)

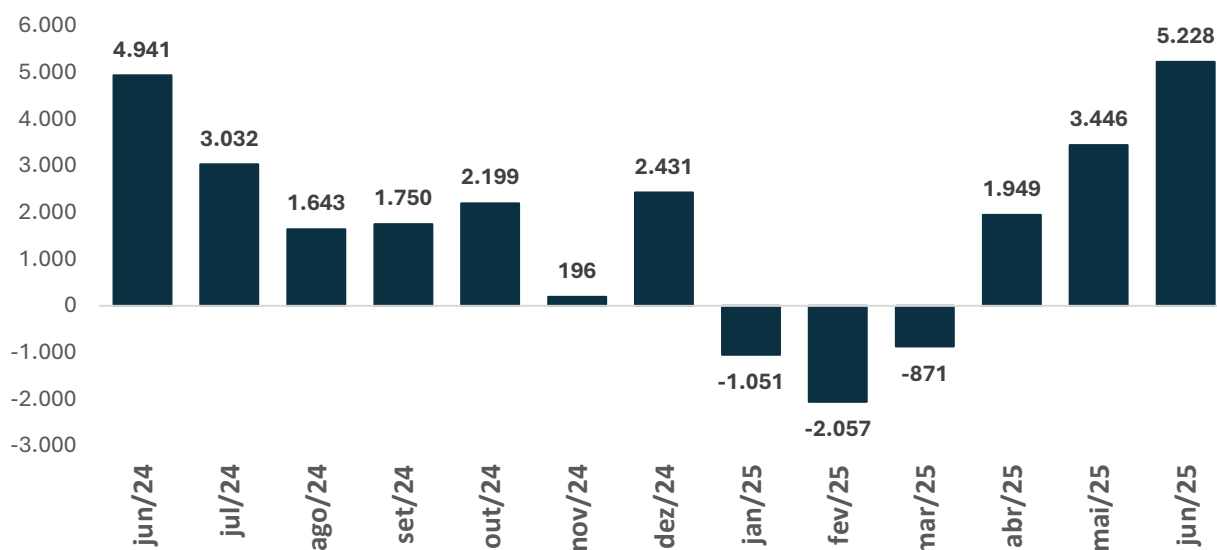
Meses	Quantidade		Variação %	Valor R\$		Variação %
	2024	2025		2024	2025	
Janeiro	735.845	766.230	4,13	983.204.100	1.086.744.330	10,53
Fevereiro	738.621	764.173	3,46	984.294.838	1.079.426.226	9,66
Março	742.846	763.302	2,75	989.066.393	1.078.517.597	9,04
1º tri	-	-	-	2.956.565.331,00	3.244.688.153,51	9,75
Abril	746.382	765.251	2,53	1.477.489.042,82	1.609.937.553	8,96
Maio	751.089	768.697	2,34	1.481.981.792,19	1.637.961.063	10,53
Junho	756.030	773.925	2,37	1.003.467.990,47	1.103.024.414	9,92
2º tri	-	-	-	3.962.938.825,48	4.350.923.030,00	9,79
Total	-	-	-	6.919.504.156,48	7.595.611.183,00	9,77

Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Obs.: Dados acumulados mês a mês em termos de quantidade.

O saldo de concessões de benefícios de junho/2024 a junho/2025 está demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Quantidade mensal de benefícios concedidos de junho de 2024 a junho de 2025 no Piauí



Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A evolução mensal dos benefícios concedidos entre junho de 2024 e junho de 2025 revela forte oscilação, devido ao comportamento sazonal e ajustes administrativos que impactaram a concessão de novos benefícios.

Destacam-se junho de 2024 (4.941 benefícios) e junho de 2025 (5.228 benefícios) como os meses de maior concessão, sugerindo sazonalidade nesse período. Entre julho e dezembro de 2024, o número de concessões se manteve positivo, embora em patamares inferiores, variando de 1,6 mil a 3 mil benefícios. Já nos três primeiros meses de 2025, houve recuo expressivo: janeiro (-1.051), fevereiro (-2.057) e março (-871), registrando saldos negativos. A partir de abril de 2025, observa-se retomada consistente, com 1.949 concessões em abril, 3.446 em maio e pico em junho.

Os dados mostram que a Previdência Social no Piauí manteve expansão no número de beneficiários e, principalmente, nos valores pagos no primeiro semestre de 2025, reforçando seu papel como importante fonte de renda para a população. O crescimento mais acelerado do valor desembolsado em relação ao número de segurados sugere tanto o impacto de reajustes previdenciários quanto o ingresso de benefícios de maior valor médio.

Em conjunto, os dados evidenciam que a Previdência continua expandindo sua presença no Estado, mas com oscilações significativas na dinâmica mensal de concessões, o que pode refletir tanto questões administrativas quanto fatores sazonais.



6 EMPREGO FORMAL

Os dados sobre o emprego formal no Piauí representam a realidade de contratações e desligamentos nos estoques de emprego dos principais setores da atividade econômica no Estado. Além de permitir um reconhecimento do emprego com todas as garantias trabalhistas, este segmento permite uma indicação de utilização de trabalhadores na produção de bens e prestação de serviços, evidenciando o grau de absorção e de demanda dos setores e de atividades da economia estadual.

A base de estudo é o Novo Caged, sistema que concentra um amplo volume de registros alimentados pelas empresas empregadoras e por empregados. Esta base de dados é formada pelas estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), por dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e pelo Empregador Web.

Ao finalizar o segundo trimestre de 2025, o Piauí apresentou um aumento de 8.712 postos de trabalho formal (Tabela 36), resultantes do saldo obtido entre o total de admissões (44.134) e desligamentos (35.422), o que demonstra a continuidade de crescimento no número de empregos numa série iniciada em julho de 2020.

Em 2025, o resultado foi de 8.712 postos de trabalho criados, o que representa um crescimento de 15,88% em relação ao mesmo trimestre de 2024. Os setores que mais se destacaram foram a Indústria (2.282 vagas) e os Serviços (2.829 vagas), confirmando sua relevância na dinâmica do emprego estadual. O Comércio também apresentou avanço considerável (1.308 vagas), enquanto a Agropecuária (570 vagas) e a Construção civil (1.777 vagas) mantiveram contribuições relevantes, mas em menor escala relativa.



Tabela 36 – Saldo de Empregos formais no Piauí em 2024-2025 (abril a junho)

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)					Total (*)
	Agropecuária	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	
2024						
Abril	-58	393	403	-170	1.685	2.253
Maio	298	477	257	259	1.006	2.297
Junho	308	964	305	371	1.020	2.968
Total	548	1.834	965	460	3.711	7.518
2025						
Abril	-262	785	710	454	1.414	3.098
Maio	352	716	471	399	1.865	3.803
Junho	480	781	546	455	-450	1.811
Total	570	2.282	1.727	1.308	2.829	8.712

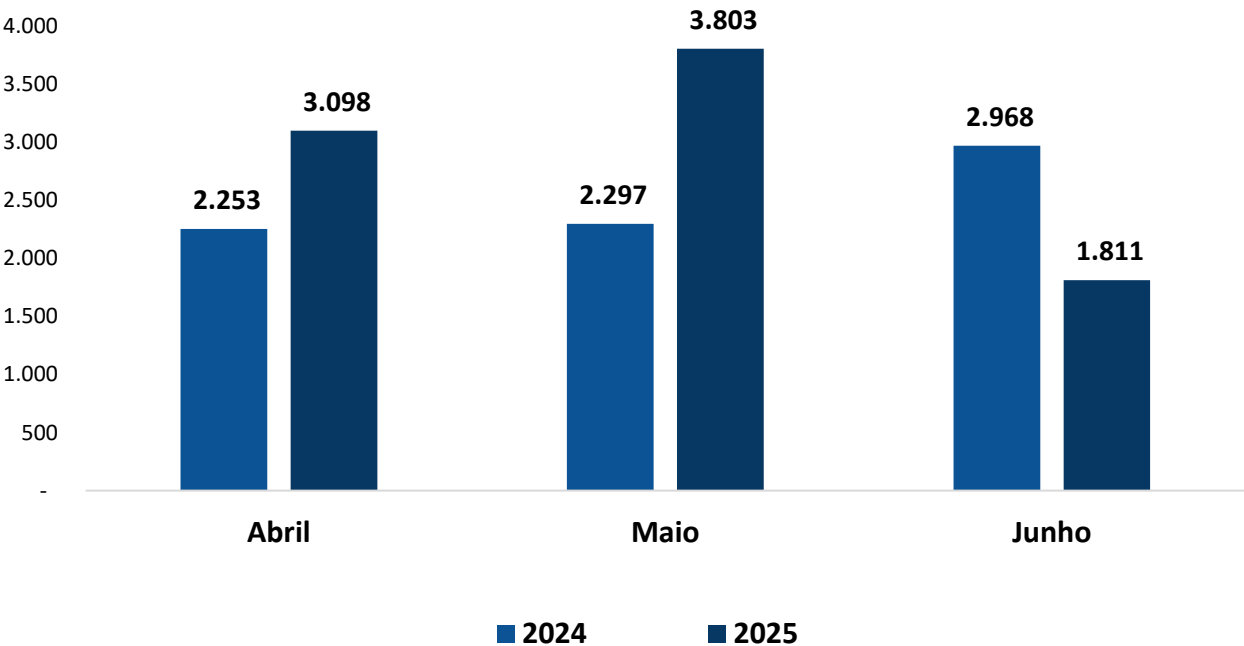
Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Incluem-se todos os setores.

A representação do quadro mensal de postos de trabalhos formais para o segundo trimestre de 2025 e para o mesmo período de 2024 está evidenciada no Gráfico 11, a seguir.

A análise mensal mostra que em 2025 houve uma aceleração em abril e maio, com saldos de 3.098 e 3.803 empregos, respectivamente, ambos superiores aos valores de 2024 (2.253 e 2.297). Contudo, em junho de 2025 ocorreu uma desaceleração, com apenas 1.811 postos gerados, abaixo do registrado em junho de 2024 (2.968). Esse resultado sugere uma possível sazonalidade ou ajuste no ritmo de contratações após dois meses de forte expansão.

Gráfico 11- Evolução mensal do emprego no Piauí (abril a junho)



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: Incluem-se todos os setores.



Portanto, a comparação entre os anos revela um cenário de fortalecimento do mercado de trabalho formal em 2025, com maior geração de empregos especialmente em abril e maio.

6.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas

Com base na Tabela 37, é possível detalhar a dinâmica do emprego formal no Piauí no segundo trimestre de 2025 (abril a junho), observando o desempenho por grupamento econômico. O trimestre foi marcado por uma expansão consistente do emprego formal no Piauí, com destaque para os Serviços, a Indústria e a Construção civil, que juntos responderam por 78% do saldo positivo. A recuperação da agropecuária após um início negativo também foi relevante, indicando a diversidade setorial na geração de postos de trabalho.

Os Serviços lideraram a geração de vagas, com 2.829 novos postos, resultado especialmente puxado pelos segmentos de Administração pública, educação e saúde humana (1.406 vagas), informação, comunicação e atividades financeiras (697 vagas) e alojamento e alimentação (496 vagas). Essa diversidade evidencia a importância estrutural dos serviços na absorção de mão de obra, tanto em setores de intensidade tecnológica quanto em atividades ligadas ao turismo e consumo local.

Tabela 37 – Saldo de admissões e desligamentos por grupamentos – 2025 (abril a junho)

Grupamento		2º Trimestre			Total(*)
		Abr.	Maio	Jun.	
1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-262	352	480	570
2	Indústria geral	785	716	781	2.282
2.1	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	93	80	-11	162
2.2	Indústria de transformação	655	580	796	2.031
2.3	Outros	37	56	-4	89
3	Construção	710	471	546	1.727
4	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	454	399	455	1.308
5	Serviços	1.414	1.865	-450	2.829
5.1	Transporte, armazenamento e correio	220	5	5	230
5.2	Alojamento e alimentação	17	114	259	390
5.3	Informação, comunicação e atividades financeiras	310	570	-947	-67
5.4	Administração pública, educação, saúde humana	758	593	55	1.406
5.6	Outros serviços	106	583	176	865
Total		3.098	3.803	1.811	8.712

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Incluem-se todos os setores.



O setor Industrial também apresentou desempenho relevante, com 2.282 postos, sustentados principalmente pela indústria de transformação (2.031 vagas), reforçando a capacidade do setor em dinamizar o mercado de trabalho. A construção registrou um saldo expressivo de 1.727 empregos, confirmando sua relevância como um dos motores da atividade econômica e sensível a investimentos em obras públicas e privadas.

Já o comércio obteve 1.308 vagas, com crescimento consistente ao longo do trimestre, refletindo aquecimento no consumo e maior demanda. Por outro lado, o grupamento da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou saldo positivo no consolidado (570 postos), mas com comportamento oscilante: resultado negativo em abril (-267) e recuperação significativa em maio (352) e junho (480). Esse padrão sugere forte influência da sazonalidade agrícola.

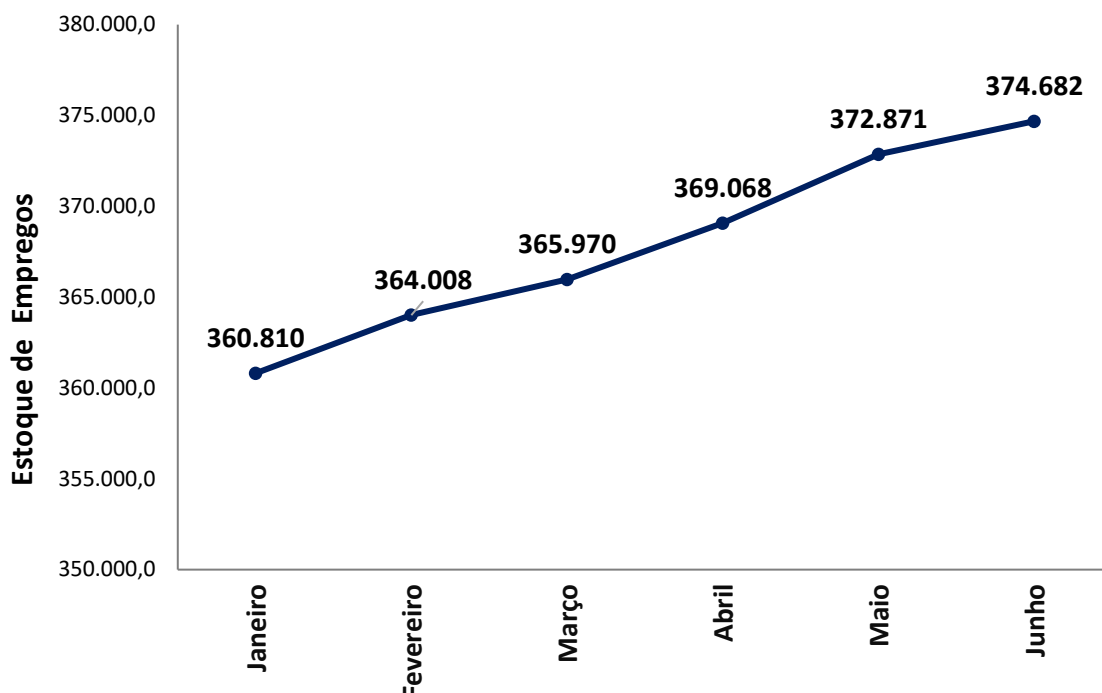
6.2 Trajetória do Estoque ao Longo de 2025

Em paralelo à informação de alteração mensal do mercado de trabalho formal, faz-se necessário analisar a trajetória do estoque de empregos no Piauí. Conforme os dados presentes no Gráfico 12, no primeiro semestre de 2025, o estoque de empregos formais no Piauí apresentou trajetória de crescimento contínuo, iniciando o ano com 360.810 postos em janeiro e alcançando 374.682 em junho.

Esse movimento corresponde a uma expansão líquida de 13.872 vagas no período, o que representa aumento de 3,85% sobre a base inicial. O avanço ocorreu de forma gradual nos primeiros meses, passando para 364.008 em fevereiro e 365.970 em março, mas ganhou maior intensidade a partir de abril, quando o estoque atingiu 369.068 postos. Em maio e junho, o ritmo de crescimento se manteve firme, chegando a 372.871 e 374.682 empregos, respectivamente.



Gráfico 12 – Evolução mensal do emprego no Piauí – 2025 (janeiro a junho)



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O resultado evidencia um mercado de trabalho formal em trajetória positiva e sustentada, reflexo de maior dinamismo da economia estadual e do fortalecimento das contratações em setores-chave, indicando boas perspectivas para o restante do ano.

6.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais Populosos

Entre abril e junho de 2025, os 15 maiores municípios do Piauí registraram saldo líquido de 7.189 empregos formais (Tabela 38), número superior em 1.222 vagas ao observado no mesmo período de 2024 (5.967). O resultado confirma um avanço de 20,5% na criação de postos, mas com diferenças expressivas entre os municípios.

Em síntese, o segundo trimestre de 2025 revelou um mercado de trabalho formal mais aquecido nos principais municípios piauienses, com crescimento disseminado em várias cidades médias que compensaram a desaceleração da capital. O destaque recai sobre Picos, Piripiri e Floriano, que juntos somaram ganhos expressivos e contribuíram para a elevação do saldo estadual. Ao mesmo tempo, a redução em municípios como Teresina, Oeiras e Campo Maior demonstra a heterogeneidade territorial da geração de empregos, reforçando a



importância de políticas que favoreçam a continuidade da expansão em áreas emergentes e apoiem localidades que ainda enfrentam dificuldades.

Em Teresina, principal polo de emprego do Estado, o saldo foi de 3.087 postos em 2025, abaixo do desempenho de 2024, quando havia alcançado 3.842 vagas, uma redução de 755 empregos. Apesar da queda, a capital continua sendo a maior responsável pelo resultado agregado.

Tabela 38 – Empregos formais dos 15 maiores municípios do Piauí – 2024-2025
(acumulado abril a junho)

Município	2024			2025			Diferença no saldo (2024-2025)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Altos	331	366	-35	493	330	163	198
Barras	183	106	77	116	99	17	-60
Campo Maior	297	250	47	342	410	-68	-115
Esperantina	204	144	60	205	172	33	-27
Floriano	918	922	-4	1.146	878	268	272
José de Freitas	150	80	70	244	134	110	40
Miguel Alves	54	16	38	53	16	37	-1
Oeiras	470	370	100	345	371	-26	-126
Parnaíba	2.312	2.060	252	2.280	1.924	356	104
Pedro II	89	90	-1	178	116	62	63
Picos	1.160	1.020	140	1.824	1.159	665	525
Piripiri	442	686	-244	1167	555	612	856
São Raimundo Nonato	388	315	73	535	355	180	107
Teresina	23.746	19.904	3.842	25.044	21.957	3.087	-755
União	1.725	173	1.552	1.931	238	1.693	141
Total	32.469	26.502	5.967	35.903	28.714	7.189	1.222

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nos municípios de porte médio, alguns avanços foram notáveis. Picos ampliou fortemente sua contribuição, saindo de 140 para 665 postos, crescimento de 525 empregos. Piripiri teve salto ainda mais expressivo: de um saldo negativo em 2024 (-244) para 612 vagas em 2025, uma virada positiva de 856 postos. Floriano também reverteu o desempenho negativo de 2024 (-4) e encerrou 2025 com 268 empregos gerados, acréscimo de 272 vagas.

União manteve trajetória consistente, passando de 1.552 para 1.693 empregos, incremento de 141 postos, enquanto Parnaíba ampliou de 252 para 356 vagas, crescimento de 104 postos. Outros municípios também apresentaram ganhos relevantes, ainda que em menor escala. São Raimundo Nonato avançou de 73 para 180 vagas (+107), José de Freitas de 70 para 110 (+40) e Pedro II, que em 2024 tinha resultado negativo (-1), passou a 62 empregos em 2025.



Por outro lado, algumas localidades registraram retração. Oeiras caiu de 100 para -26 vagas (-126), Campo Maior de 47 para -68 (-115) e Esperantina de 60 para 33 (-27). Barras, embora positivo em ambos os anos, passou de 77 para apenas 17 empregos, queda de 60 postos. Já Miguel Alves praticamente repetiu o desempenho, passando de 38 para 37 empregos (-1).

6.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico

No segundo trimestre de 2025, o Brasil registrou saldo líquido de 553,5 mil empregos formais (Tabela 39), número inferior ao resultado de 2024, quando haviam sido gerados 586 mil postos, o que representa uma retração de 5,54%. O desempenho nacional foi marcado por contrastes regionais, com avanços significativos no Nordeste e no Sul, enquanto Norte e Sudeste apresentaram quedas mais expressivas.



Tabela 39 – Quantidade líquida de empregos gerados no Brasil/Unidades Federativas/Grandes Regiões – 2º trimestre 2024-2025

Nível Geográfico	Acumulado no 2º trimestre 2024			Acumulado no 2º trimestre 2025			Diferença % no saldo (2024-2025)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Brasil	6.519.005	5.933.004	586.001	6.760.022	6.206.468	553.554	-5,54%
Nordeste	872.099	764.701	107.398	951.504	822.043	129.461	20,54%
Maranhão	71.325	59.383	11.942	74.981	61.496	13.485	12,92%
Piauí	40.357	32.839	7.518	44.134	35.422	8.712	15,88%
Ceará	157.357	137.063	20.294	170.349	148.402	21.947	8,15%
Rio Grande do Norte	60.905	50.728	10.177	67.103	60.766	6.337	-37,73%
Paraíba	55.379	49.183	6.196	68.519	58.721	9.798	58,13%
Pernambuco	157.530	145.552	11.978	173.511	150.378	23.133	93,13%
Alagoas	48.358	43.340	5.018	49.107	45.976	3.131	-37,60%
Sergipe	32.729	28.511	4.218	40.474	33.112	7.362	74,54%
Bahia	248.159	218.102	30.057	263.326	227.770	35.556	18,30%
Norte	319.362	274.441	44.921	334.184	296.699	37.485	-16,55%
Rondônia	42.947	39.897	3.050	44.006	40.781	3.225	5,74%
Acre	14.675	11.321	3.354	16.079	12.884	3.195	-4,74%
Amazonas	72.252	60.047	12.205	79.002	71.269	7.733	-36,64%
Roraima	12.003	10.557	1.446	13.071	11.734	1.337	-7,54%
Pará	129.341	111.032	18.309	132.656	116.591	16.065	-12,26%
Amapá	13.320	9.570	3.750	13.572	10.816	2.756	-26,51%
Tocantins	34.824	32.017	2.807	35.798	32.624	3.174	13,07%
Sudeste	3.387.842	3.080.794	307.048	3.467.427	3.198.983	268.444	-12,57%
Minas Gerais	734.538	659.983	74.555	739.439	666.628	72.811	-2,34%
Espírito Santo	151.409	135.357	16.052	156.323	144.120	12.203	-23,98%
Rio de Janeiro	421.028	371.641	49.387	434.885	388.339	46.546	-5,75%
São Paulo	2.080.867	1.913.813	167.054	2.136.780	1.999.896	136.884	-18,06%
Sul	1.270.751	1.218.091	52.660	1.341.309	1.284.102	57.207	8,63%
Paraná	505.486	464.924	40.562	513.601	480.832	32.769	-19,21%
Santa Catarina	418.657	389.165	29.492	425.776	409.993	15.783	-46,48%
Rio Grande do Sul	346.608	364.002	-17.394	401.932	393.277	8.655	-149,76%
Centro-Oeste	648.728	591.675	57.053	664.718	603.849	60.869	6,69%
Mato Grosso do Sul	105.647	99.431	6.216	108.447	97.561	10.886	75,13%
Mato Grosso	171.012	154.798	16.214	172.075	156.345	15.730	-2,99%
Goiás	259.490	236.156	23.334	264.355	241.684	22.671	-2,84%
Distrito Federal	112.579	101.290	11.289	119.841	108.259	11.582	2,60%
Não identificado	20.223	3.302	16.921	880	792	88	-99,48%

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Nordeste foi o grande destaque positivo, ampliando o saldo de 107.398 mil para 129.461 mil empregos, um crescimento de 20,54%. Nesse contexto, merecem menção especial Pernambuco, que quase dobrou sua criação de vagas (de 12 mil para 23,1 mil, alta de 93,13%), e Sergipe, que passou de 4,2 mil para 7,3 mil postos (+74,54%). A Paraíba também apresentou forte crescimento, de 6,2 mil para 9,8 mil empregos (+58,13%), enquanto a Bahia avançou de 30 mil para 35,5 mil (+18,30%). O Piauí, com aumento de 7,5 mil para 8,7 mil postos, cresceu 15,88%, reforçando sua contribuição regional. Já o Rio Grande do Norte e Alagoas tiveram desempenho negativo, com quedas de 37,73% e 37,60%, respectivamente.

O Norte apresentou retração de 16,55%, com saldo caindo de 44.921 mil para 37.485 mil postos. O pior resultado foi do Amazonas, que reduziu quase pela metade suas vagas líquidas



(de 12,2 mil para 7,7 mil, queda de 36,64%). Amapá (-26,51%) e Pará (-12,26%) também recuaram, enquanto Rondônia (+5,74%) e Tocantins (+13,07%) apresentaram avanços.

O Sudeste, região de maior peso no mercado de trabalho, reduziu em 12,57% o saldo de empregos, passando de 307.048 mil para 268.444 mil. O principal recuo veio de São Paulo, que caiu de 167 mil para 136,9 mil postos (-18,06%). Espírito Santo também teve retração de 23,98%, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro registraram quedas mais moderadas, de 2,34% e 5,75%, respectivamente.

O Sul apresentou desempenho positivo, com crescimento de 8,63% no saldo de empregos, saltando de 52.660 mil para 57.207 mil postos. O resultado foi impulsionado pelo Rio Grande do Sul, que reverteu o déficit de 17.394 mil vagas em 2024 e alcançou saldo positivo de 8.655 mil em 2025. Em contrapartida, Paraná (-19,21%) e Santa Catarina (-46,48%) tiveram fortes retrações.

Já o Centro-Oeste apresentou alta moderada de 6,69%, com saldo passando de 57.053 mil para 60.869 mil postos. O destaque foi o Mato Grosso do Sul, que mais que dobrou a geração de empregos, subindo de 6,2 mil para 10,9 mil (+75,13%). Distrito Federal também cresceu (+2,60%), enquanto Mato Grosso (-2,99%) e Goiás (-2,84%) tiveram pequenas quedas.

De modo geral, o resultado nacional do segundo trimestre de 2025 revela um mercado de trabalho em expansão, porém em ritmo menos intenso do que no ano anterior. O crescimento no Nordeste e no Sul compensou parcialmente a desaceleração no Sudeste e no Norte, evidenciando um cenário heterogêneo e dependente das dinâmicas regionais. O caso do Piauí insere-se entre os destaques positivos, com crescimento acima da média nacional, reforçando a tendência de fortalecimento do emprego formal na região.

6.5 Taxa de Desocupação

A taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, é um indicador econômico que mede a proporção da força de trabalho que está desempregada e procurando trabalho em relação à força de trabalho total. Representa, assim, a porcentagem da população economicamente ativa que não está trabalhando e está disponível para trabalhar.

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que a taxa de desocupação



(Tabela 40) apresentou trajetória de queda no Brasil e no Nordeste entre o 2º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025.

No país, a taxa passou de 6,9% para 5,8%, sinalizando melhora consistente do mercado de trabalho. No Nordeste, a redução foi de 9,4% para 8,2%, movimento positivo, mas ainda mantendo a região com um dos patamares mais elevados do país. No caso do Piauí, houve aumento de 7,6% para 8,5%, destoando tanto do padrão nacional quanto regional, o que indica maior dificuldade do Estado em absorver sua força de trabalho no período.

Tabela 40 – Taxa de desocupação (%) no Brasil/Piauí/Nordeste no 2º trimestre 2024-2025

Unidade Federativa	Taxa de Desocupação (%)	
	2º tri 2024	2º tri 2025
Pernambuco	11,6	10,4
Bahia	11	9,1
Piauí	7,6	8,5
Rio Grande do Norte	9,2	7,5
Sergipe	9,2	8,1
Alagoas	8,2	7,5
Paraíba	8,7	7
Maranhão	7,3	6,6
Ceará	7,5	6,6
Nordeste	9,4	8,2
Brasil	6,9	5,8

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 41 demonstra a síntese da população ocupada para o Piauí, Nordeste e Brasil, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de acordo com a PNAD Contínua. Ao final do mês de junho de 2025 (Tabela 37), 1,329 milhão de pessoas estavam incorporadas no mercado de trabalho no Piauí, o que corresponde a uma redução de 1,04 p.p. no segundo trimestre em relação ao cenário apresentado no final de junho de 2024.

O Nordeste, por sua vez, avançou de 22,3 milhões para 23,1 milhões de pessoas ocupadas (+3,29%), enquanto o Brasil cresceu de 99,9 milhões para 102,3 milhões (+2,44%). Ou seja, enquanto o país e a região apresentaram expansão da ocupação, o Piauí seguiu em sentido contrário, o que ajuda a explicar a elevação da sua taxa de desocupação observada na tabela anterior.

Tabela 41 – População ocupada (mil pessoas) no Piauí/Nordeste/Brasil no 2º trimestre 2024-2025

Unidade Federativa	População Ocupada (mil pessoas)		Var. (%)
	2º tri 2024	2º tri 2025	
Piauí	1.343	1.329	-1,04
Nordeste	22.349	23.084	3,29
Brasil	99.883	102.316	2,44

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise detalhada da estrutura da ocupação no Piauí mostra dinâmicas diferenciadas (Tabela 42). O setor privado com carteira assinada cresceu de 269 mil para 284 mil postos (+5,58%), refletindo formalização no mercado de trabalho. Em contrapartida, o setor privado sem carteira caiu de 266 mil para 236 mil (-11,28%), e o trabalhador doméstico também recuou (-6,19%), sinalizando retração do emprego mais precário.

O setor público apresentou elevação de 242 mil para 262 mil postos (+8,26%), e os empregadores também aumentaram sua participação (+15,52%). O destaque negativo foi o trabalhador familiar auxiliar, que caiu de 39 mil para 25 mil pessoas (-35,90%), evidenciando encolhimento da ocupação em atividades de subsistência. No agregado, a população ocupada total caiu de 1.344 mil para 1.329 mil pessoas (-1,12%).

Tabela 42 – População ocupada por posição na ocupação (mil pessoas) no Piauí no 2º trimestre 2024-2025

Posição na Ocupação	2º tri 2024	Part. (%)	2º tri 2025	Part. (%)	Variação (%)
Setor privado c/ carteira	269	20,01	284	21,37	5,58
Setor privado s/ carteira	266	19,79	236	17,76	-11,28
Trabalhador doméstico	97	7,22	91	6,85	-6,19
Setor público	242	18,01	262	19,71	8,26
Empregador	58	4,32	67	5,04	15,52
Conta própria	373	27,75	364	27,39	-2,41
Trabalhador familiar auxiliar	39	2,90	25	1,88	-35,90
Total	1.344	100	1.329	100	-1,12

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De forma integrada, as Tabelas 40, 41 e 42 revelam um quadro misto para o mercado de trabalho no Piauí no segundo trimestre de 2025. Enquanto o Brasil e o Nordeste avançaram em termos de ocupação e reduziram suas taxas de desocupação, o Piauí seguiu na direção oposta, com aumento da desocupação e queda do número total de ocupados.

O movimento reflete não apenas a retração em posições mais vulneráveis, como trabalho sem carteira e trabalhador familiar auxiliar, mas também recuos no setor público e no emprego doméstico. Por outro lado, houve melhora no segmento formal privado, que aumentou o



número de trabalhadores com carteira assinada, indicando que, apesar da redução do volume total de ocupados, parte das vagas que permaneceram se concentrou em postos de maior qualidade e formalização.

Esse cenário sugere uma reestruturação do mercado de trabalho piauiense, marcada por ganhos em formalidade, mas acompanhada de perda líquida de postos de trabalho, o que resultou no aumento da taxa de desocupação.

7 CRÉDITO

A Tabela 43 mostra a análise dos dados de crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) no segundo trimestre de 2025 e revela dinâmicas distintas entre Brasil, Nordeste e Piauí, tanto em termos de volume quanto de inadimplência. Os dados indicam que, enquanto o Nordeste conseguiu sustentar crescimento do crédito, especialmente voltado às empresas, o Brasil como um todo e o Piauí enfrentaram retrações relevantes, sobretudo nos recursos direcionados e na carteira de pessoa física. A inadimplência média, embora controlada em PJ, mostra sinais de pressão no segmento de PF, tanto em âmbito nacional quanto regional, o que sugere um ambiente de maior cautela no mercado de crédito.

No Brasil, o saldo total do crédito no segundo trimestre de 2025 apresentou retração de 4,69% em relação ao primeiro trimestre e 2025, passando de R\$ 19,35 trilhões para R\$ 18,44 trilhões. Essa queda foi puxada pela carteira de pessoa física, que encolheu 6,27%, enquanto a carteira de pessoa jurídica recuou de forma mais moderada (-1,97%). Destaca-se que os recursos direcionados tiveram a maior redução (-11,21%), principalmente no segmento de pessoa física (-14,04%). A média da inadimplência total subiu para 3,84% no segundo trimestre de 2025, com destaque para uma elevação nos recursos direcionados para pessoa jurídica, ainda que em patamares baixos (0,09% para 0,14%).

No Nordeste, o desempenho foi mais positivo. O saldo total acumulado avançou 3,06% no segundo trimestre de 2025, alcançando R\$ 2,57 trilhões, puxado pelo crescimento da carteira de pessoa jurídica (8,71%). Os recursos livres tiveram desempenho consistente (+7,63%), com expansão equilibrada tanto em PF (+7,10%) quanto em PJ (+8,92%). Já os recursos direcionados recuaram 6,54%, sobretudo na carteira de pessoa física (-12,43%). A média da inadimplência ficou em 4,87%, acima da média nacional, e apresentou crescimento em todos



os segmentos, com destaque para PF em recursos livres (4,73%) crescimento de 9,21% no segundo trimestre de 2025.

No Piauí, observou-se retração semelhante à tendência nacional. O saldo total caiu 4,00%, chegando a R\$ 166,39 bilhões. A carteira de pessoa física foi a principal responsável pela queda (-8,35%), enquanto a carteira de pessoa jurídica teve leve alta (+2,42%). Os recursos livres permaneceram praticamente estáveis (-0,23%), com avanço em PJ (+2,68%) e queda em PF (-2,27%). Por outro lado, os recursos direcionados mostraram forte recuo (-13,33%), especialmente na carteira de PF (-22,65%). A média da inadimplência total ficou em 3,97%, abaixo da média do Nordeste, mas acima da registrada no primeiro trimestre de 2025. Nos recursos livres, o indicador cresceu para 3,43%, enquanto nos direcionados o aumento foi marginal, permanecendo em patamares reduzidos (0,05% na PJ e 1,69% na PF).

Tabela 43 – Valor de crédito concedido e inadimplência – Brasil, Nordeste e Piauí (2º trimestre de 2025)

		Item	Medida			Acumulado		Variação (%)	
			Abr.	Mai	Jun.	1º tri /25	2º tri /25		
BRASIL									
Posição Geral			Saldo Crédito SFN (R\$)	6.527,58	6.551,56	5.366,45	19.352,33	18.445,59	-4,69
			Carteira Pessoa Física	4.124,77	4.140,16	3.182,83	12.213,85	11.447,76	-6,27
			Carteira Pessoa Jurídica	2.402,80	2.411,40	2.183,62	7.138,48	6.997,82	-1,97
			Inadimplência	3,71%	3,79%	4,04%	3,43%	3,84%	12,04
Recursos	Livres	Saldo Total		4.095,54	4.099,07	3.853,92	12.147,51	12.048,53	-0,81
		Carteira Pessoa Jurídica		1.701,67	1.696,91	1.611,50	5.063,44	5.010,08	-1,05
		Inadimplência		1,51%	1,53%	1,37%	1,38%	1,47%	6,63
		Carteira Pessoa Física		2.393,87	2.402,16	2.242,42	7.084,07	7.038,45	-0,64
	Direcionados	Inadimplência		3,56%	3,68%	3,76%	3,34%	3,67%	9,89
		Saldo Total		2.432,04	2.452,49	1.512,54	7.204,82	6.397,06	-11,21
		Carteira Pessoa Jurídica		701,14	714,49	572,12	2.075,04	1.987,75	-4,21
		Inadimplência		0,16%	0,12%	0,15%	0,09%	0,14%	52,97
		Carteira Pessoa Física		1.730,90	1.738,00	940,42	5.129,79	4.409,32	-14,04
		Inadimplência		1,25%	1,28%	1,12%	1,17%	1,22%	3,86
NORDESTE									
Posição Geral			Saldo Crédito SFN (R\$)	924,01	928,00	720,27	2.496,00	2.572,28	3,06
			Carteira Pessoa Física	651,22	652,16	477,76	1.768,27	1.781,14	0,73
			Carteira Pessoa Jurídica	272,79	275,84	242,51	727,73	791,13	8,71
			Inadimplência	4,64%	4,72%	5,26%	4,39%	4,87%	11,00
Recursos	Livres	Saldo Total		623,16	621,95	573,63	1.689,74	1.818,74	7,63
		Carteira Pessoa Jurídica		185,20	184,68	172,69	498,13	542,58	8,92
		Inadimplência		1,46%	1,48%	1,24%	1,37%	1,40%	2,20
		Carteira Pessoa Física		437,95	437,27	400,94	1.191,60	1.276,16	7,10
	Direcionados	Inadimplência		4,58%	4,71%	4,89%	4,33%	4,73%	9,21
		Saldo Total		300,85	306,05	146,64	806,26	753,54	-6,54
		Carteira Pessoa Jurídica		87,58	91,15	69,82	229,60	248,56	8,26
		Inadimplência		0,07%	0,07%	0,09%	0,08%	0,07%	-3,57
		Carteira Pessoa Física		213,27	214,90	76,82	576,66	504,98	-12,43
		Inadimplência		1,68%	1,68%	1,73%	1,59%	1,69%	6,85
PIAUI									
Posição Geral			Saldo Crédito SFN (R\$)	59,33	59,48	47,59	173,33	166,39	-4,00
			Carteira Pessoa Física	34,96	35,01	24,76	103,36	94,73	-8,35
			Carteira Pessoa Jurídica	24,36	24,46	22,84	69,97	71,66	2,42
			Inadimplência	3,87%	3,95%	4,09%	3,68%	3,97%	7,96
Recursos	Livres	Saldo Total		42,08	42,18	38,87	123,42	123,14	-0,23
		Carteira Pessoa Jurídica		17,54	17,63	17,08	50,88	52,25	2,68
		Inadimplência		1,39%	1,36%	1,14%	1,34%	1,30%	-3,45
		Carteira Pessoa Física		24,54	24,56	21,80	72,54	70,89	-2,27
	Direcionados	Inadimplência		3,33%	3,46%	3,51%	3,13%	3,43%	9,55
		Saldo Total		17,24	17,29	8,72	49,91	43,26	-13,33
		Carteira Pessoa Jurídica		6,82	6,83	5,76	19,09	19,41	1,72
		Inadimplência		0,05%	0,04%	0,08%	0,04%	0,05%	50,48
		Carteira Pessoa Física		10,42	10,46	2,96	30,82	23,84	-22,65
		Inadimplência		1,76%	1,79%	1,52%	1,67%	1,69%	1,28

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



7.1 Crédito Imobiliário

O Banco Central do Brasil (BCB) divulga mensalmente informações sobre o mercado imobiliário. Esses dados resultam da análise das informações recebidas por meio do Sistema de Informações de Créditos (SCR), do Sistema de Informações Contábeis (Cosif), do Direcionamento dos Depósitos de Poupança (RCO) e das entidades de depósito e registro de ativos.

No mercado brasileiro, as famílias podem acessar o crédito imobiliário por diferentes modalidades. O crédito comercial corresponde a operações contratadas diretamente em condições de mercado, sem vinculação a programas habitacionais ou fundos específicos. O FGTS é utilizado em financiamentos habitacionais vinculados a programas sociais, com taxas mais baixas e foco em habitação popular. O Home Equity refere-se ao crédito com garantia de imóvel já quitado, modalidade em que o proprietário utiliza o bem como colateral para obter recursos. O crédito livre engloba financiamentos imobiliários não direcionados, em que os bancos têm maior flexibilidade para definir condições. Já o SFH (Sistema Financeiro da Habitação) é regulado por legislação específica, com limites de valor e taxas subsidiadas, sendo uma fonte histórica de financiamento para aquisição da casa própria no país.

A Tabela 43 trata dos valores de crédito contratados e concedidos por modalidade e segmento. Entre o segundo trimestre de 2024 e o segundo trimestre de 2025, o Brasil registrou crescimento no crédito comercial (+16,28%) e no crédito livre para pessoa física (+28,28%), enquanto o Home Equity (-4,31%) e o SFH (-24,20%) apresentaram retração. No Nordeste, a expansão foi ainda mais intensa: crédito comercial (+85,87%) e crédito livre (+44,34%), com queda relevante do SFH (-16,16%).



Tabela 43 – Valores de crédito concedidos na operação por linha para pessoas físicas e total para pessoas jurídicas do crédito imobiliário – Brasil, Nordeste e Piauí (2º tri/2024 e 2º tri/2025) (em mil reais)

	PESSOA FÍSICA					PESSOA JURÍDICA
REGIÃO	Comercial	FGTS	Home Equity	Livre	SFH	
BRASIL						
2ºtri/2024	231.949,23	27.598.865,66	2.370.169,34	7.795.777,72	27.737.093,67	14.202.083,46
2ºtri/2025	269.709,98	27.787.592,86	2.267.951,41	10.000.468,72	21.023.451,60	14.304.513,48
Variação	16,28	0,68	-4,31	28,28	-24,20	0,72
NORDESTE						
2ºtri /2024	15.264,01	4.460.368,07	178.760,48	521.942,89	2.933.734,71	1.480.239,46
2ºtri /2025	28.371,45	5.082.219,04	179.506,45	753.380,02	2.459.658,76	1.401.673,96
Variação	85,87	13,94	0,42	44,34	-16,16	-5,31
PIAUI						
2ºtri /2024	350,00	216.679,36	9.571,60	12.393,89	109.118,00	59.978,66
2ºtri /2025	1.185,52	230.710,32	5.426,23	25.971,61	96.711,97	-
Variação	238,72	6,48	-43,31	109,55	-11,37	-

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No Piauí, o destaque foi o forte avanço do crédito livre para pessoa física que mais que dobrou (+109,55%), que passou de R\$ 12,3 bilhões para R\$ 25,9 bilhões. Também houve crescimento expressivo no crédito comercial (+238,72%) e no FGTS (+6,48%). Em contrapartida, observou-se queda no Home Equity (-43,31%) e no SFH (-11,37%). Esse resultado evidencia uma mudança no perfil do financiamento imobiliário estadual, com maior protagonismo do crédito livre.

A Tabela 44 retrata o percentual de operações com ao menos uma parcela vencida acima de 90 dias ponderado pelo valor da carteira ativa.

Tabela 44 – Percentual de inadimplência do crédito imobiliário – Brasil, Nordeste e Piauí (2º tri/2024 e 2º tri/2025) (em mil reais)

	PESSOA FÍSICA						PESSOA JURÍDICA
REGIÃO	Comercial	FGTS	Home Equity	Livre	SFH		
BRASIL							
2ºtri/2024	0,90	2,11	1,99	0,87	1,01	0,43	
2ºtri /2025	1,01	1,76	2,12	0,90	0,89	0,79	
Variação	11,85	-16,75	6,52	4,23	-11,84	83,72	
NORDESTE							
2ºtri /2024	3,85	2,92	3,45	1,24	1,35	2,65	
2ºtri /2025	3,65	2,27	2,80	1,43	1,20	2,29	
Variação	-5,07	-22,16	-18,73	14,66	-10,84	-13,53	
PIAUI							
2ºtri /2024	-	4,09	2,89	0,84	1,43	-	
2ºtri /2025	-	2,97	1,71	1,37	1,43	0,38	
Variação	-	-27,38	-40,83	63,10	0,00	-	

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



No Brasil, a inadimplência apresentou trajetória mista: aumentou no crédito comercial (+11,85%), no Home Equity (+6,52%) e no crédito livre (+4,23%), mas recuou no FGTS (-16,75%) e no SFH (-11,85%). No Nordeste, houve queda em quase todas as modalidades, com destaque para a redução no Home Equity (-18,73%) e no FGTS (-22,16%).

No Piauí, o comportamento foi semelhante: queda significativa da inadimplência no FGTS (-27,38%) e no Home Equity (-40,83%), ao mesmo tempo em que se registrou forte alta no crédito livre (+63,10%). Esse resultado sugere que, embora o crédito livre tenha sustentado o crescimento do mercado, ele também elevou o risco de inadimplência das famílias.

A análise consolidada revela que o mercado imobiliário piauiense segue a tendência nacional de maior expansão do crédito livre para pessoa física, o que amplia a autonomia do setor bancário na definição de condições de financiamento, mas expõe as famílias a riscos mais elevados de endividamento.

A retração no SFH e no Home Equity sugere uma mudança estrutural nas fontes de crédito, com redução do peso das modalidades reguladas ou com taxas mais acessíveis. Ao mesmo tempo, a elevação da inadimplência no crédito livre alerta para a necessidade de cautela: o crescimento acelerado dessa modalidade pode comprometer a sustentabilidade financeira do setor se não for acompanhado de mecanismos de mitigação de risco.

Assim, o mercado imobiliário piauiense apresenta um dinamismo expressivo, sustentado pelo crédito livre, mas também enfrenta o desafio de conciliar expansão do financiamento com estabilidade no pagamento das dívidas, garantindo um crescimento mais equilibrado no médio prazo.

7.2 Crédito Rural

O crédito rural desempenha papel central no desenvolvimento do setor agropecuário, funcionando como instrumento de fomento à produção, à modernização tecnológica e à sustentabilidade da atividade econômica no campo.

Os dados utilizados são disponibilizados pela Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR), do Banco Central do Brasil. Essa base reúne informações consolidadas sobre os valores de operações de crédito rural efetivamente concedidos em todo o território nacional, desagregados por Unidade da Federação, por finalidade do crédito e por atividade



produtiva financiada. Com isso, a matriz permite a comparação temporal, possibilitando avaliar variações entre diferentes períodos e identificar tendências estruturais no financiamento do setor agropecuário.

Quanto à finalidade produtiva do crédito concedido, a Tabela 44 demonstra quatro destinações selecionadas. Os dados revelam que, embora no Brasil e no Nordeste o crédito esteja mais concentrado em insumos, veículos e máquinas, no Piauí há sinais de reorientação para a agricultura familiar e aquisição de propriedades rurais, o que pode indicar uma diversificação das formas de acesso ao crédito e maior apoio à estruturação fundiária no Estado.

Tabela 44 – Valor do crédito concedido segundo a finalidade produtiva – Brasil, Nordeste e Piauí (2º trimestre de 2024 e 2025)

	2ºtri /24	2ºtri /25	Var. 24/25
BRASIL			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	23.010.221,89	38.948.427,63	69,27
Aquisição de veículos	544.963.273,05	410.925.637,43	-24,60
Aquisição de propriedades rurais	74.919.916,76	77.666.569,80	3,67
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	7.173.373.580,30	6.050.757.833,40	-15,65
NORDESTE			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	22.318.348,04	28.311.427,63	26,85
Aquisição de veículos	82.150.276,67	107.510.807,98	30,87
Aquisição de propriedades rurais	46.110.980,81	36.771.171,66	-20,26
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	910.764.941,32	1.015.445.894,79	11,49
PIAUI			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	1.122.495,00	2.019.774,38	79,94
Aquisição de veículos	10.014.777,81	2.594.599,30	-74,09
Aquisição de propriedades rurais	706.232,40	3.141.445,56	344,82
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	96.054.530,18	87.306.716,42	-9,11

Fonte: Banco Central do Brasil (2025) – Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No agregado nacional, houve expansão de 69,27% no crédito para aquisição de insumos destinados à indústria familiar, sinalizando maior apoio a pequenos produtores e cooperativas. Em contrapartida, registrou-se retração no financiamento para veículos (-24,60%) e para máquinas e equipamentos (-15,65%), ainda que este último siga como uma rubrica relevante, concentrando mais de R\$ 6 bilhões no trimestre. Já a aquisição de propriedades rurais cresceu de forma moderada (+3,67%).

No Nordeste, a trajetória foi diferenciada. Destacou-se o aumento expressivo do crédito para veículos (+30,87%), somando R\$107,5 milhões, e para insumos da indústria familiar (+26,85%),



refletindo maior dinamismo em segmentos de modernização da base produtiva. Também houve alta no financiamento para máquinas e equipamentos (+11,49%), enquanto a aquisição de propriedades rurais recuou 20,26%.

No Piauí, os resultados foram ainda mais marcantes em termos relativos. O crédito para indústria familiar praticamente dobrou (+79,94%), passando de R\$1,1 milhão para R\$2 milhões, enquanto a aquisição de propriedades rurais registrou a variação mais expressiva do período (+344,82%), atingindo R\$ 3,1 milhões. Por outro lado, observou-se forte queda no crédito para veículos (-74,09%) e uma redução de 9,11% em máquinas e equipamentos, ainda que esta última rubrica permaneça como a de maior volume, com R\$87,3 milhões.

Na Tabela 45 estão os valores do crédito rural concedido de acordo com a atividade produtiva. No âmbito nacional, o montante total destinado ao crédito rural cresceu em diversas cadeias produtivas, com destaque para a avicultura (+39,51%), a pesca (+50,42%) e, sobretudo, a lavoura (+8,89%), que absorveu mais de R\$ 29,2 bilhões. A bovinocultura, segunda maior tomadora de recursos, expandiu 13,21%, enquanto atividades tradicionalmente relevantes como a caprinocultura (-83,33%) e a ovinocultura (-66,68%) registraram forte retração. O movimento indica concentração dos financiamentos em cadeias mais estruturadas e de maior escala.



Tabela 45 – Valor do crédito rural por atividade produtiva e variação anual – Brasil, Nordeste e Piauí (2º trimestre)

	2ºtri /24	2ºtri /25	Var. 24/25
BRASIL			
Apicultura	18.990.676,03	20.881.513,93	9,96
Aquicultura	230.001.030,33	266.818.627,70	16,01
Avicultura	266.952.771,45	372.414.215,20	39,51
Bovinocultura	7.340.737.558,89	8.310.088.335,03	13,21
Caprinocultura	27.658.163,28	4.610.889,87	-83,33
Extrativismo de espécies nativas	13.431.919,66	13.737.973,32	2,28
Lavoura	26.887.608.584,05	29.277.823.419,66	8,89
Ovinocultura	104.984.349,50	34.984.321,81	-66,68
Pastagem	542.080.174,05	594.813.891,34	9,73
Pesca	55.178.711,35	83.001.659,46	50,42
Suínocultura	408.001.827,30	413.551.400,11	1,36
NORDESTE			
Apicultura	4.270.001,33	3.427.566,22	-19,73
Aquicultura	25.490.599,42	33.672.227,34	32,10
Avicultura	62.564.640,99	120.667.779,29	92,87
Bovinocultura	1.171.143.032,60	722.729.621,00	-38,29
Caprinocultura	26.934.061,62	3.469.134,95	-87,12
Extrativismo de espécies nativas	12.548.066,21	13.068.132,79	4,14
Lavoura	3.766.121.887,89	4.947.156.845,55	31,36
Ovinocultura	99.806.725,13	26.306.995,21	-73,64
Pastagem	142.031.221,72	156.120.268,13	9,92
Pesca	36.031.242,50	55.951.084,03	55,28
Suínocultura	39.649.587,12	25.750.564,95	-35,05
PIAUI			
Apicultura	2.709.609,71	3.013.850,77	11,23
Aquicultura	292.806,58	768.022,50	162,30
Avicultura	664.728,00	1.967.618,26	196,00
Bovinocultura	72.296.455,88	47.042.043,66	-34,93
Caprinocultura	10.531.244,14	409.772,51	-96,11
Extrativismo de espécies nativas	4.335.855,04	4.927.553,65	13,65
Lavoura	486.216.034,79	1.303.373.459,59	168,06
Ovinocultura	39.778.242,65	1.788.514,90	-95,50
Pastagem	6.542.088,61	9.226.434,68	41,03
Pesca	6.233.934,38	9.812.916,69	57,41
Suínocultura	2.996.959,30	2.055.056,05	-31,43

Fonte: Banco Central do Brasil (2025) – Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No Nordeste, o desempenho foi marcado por avanços significativos na avicultura (+92,87%), na pesca (+55,28%) e na lavoura (+31,36%), sinalizando dinamismo em atividades com maior potencial de crescimento e integração produtiva. Por outro lado, houve queda expressiva no crédito destinado à bovinocultura (-38,29%), à caprinocultura (-87,12%) e à ovinocultura (-



73,64%), o que reflete vulnerabilidades estruturais nessas cadeias, sobretudo em regiões semiáridas mais dependentes de condições climáticas.

No Piauí, os resultados evidenciam uma forte reconfiguração da estrutura de crédito. A lavoura destacou-se com expansão de 168,06%, totalizando R\$ 1,3 bilhão, consolidando-se como principal destino dos financiamentos no estado. Outras atividades também registraram crescimentos expressivos, como a avicultura (+196%), a aquicultura (+162,30%), a pesca (+57,41%) e o crédito para pastagem (+41,03%), sinalizando diversificação e maior dinamismo no uso dos recursos. Em contrapartida, cadeias tradicionais do semiárido sofreram forte retração, com destaque para a caprinocultura (-96,11%) e a ovinocultura (-95,50%), além da queda de 34,93% na bovinocultura.

De forma geral, os dados indicam que o Piauí vem direcionando seus financiamentos para atividades agrícolas de maior escala e produtividade, acompanhando a tendência nacional e regional de fortalecimento da lavoura e de cadeias integradas como a avicultura e a aquicultura. Ao mesmo tempo, a queda acentuada do crédito em setores tradicionais da pecuária extensiva evidencia desafios para a manutenção da sustentabilidade produtiva dessas atividades, reforçando a necessidade de políticas específicas de apoio e adaptação às condições locais.



RESUMO

O conjunto de indicadores do Boletim de Conjuntura Econômica do Piauí – 2º trimestre de 2025 revela um quadro marcado por avanços importantes, mas também por fragilidades que exigem atenção. Nesse período, a economia do Piauí exibiu uma resiliência notável em setores-chave como a agricultura (especialmente milho e algodão) e o comércio varejista, que se beneficiaram do aumento da produtividade e da geração de empregos formais. O setor de crédito, embora com retração geral, mostrou dinamismo no crédito imobiliário livre e no crédito rural para agricultura familiar e aquisição de terras. No entanto, a retração no setor de serviços e o declínio no saldo da balança comercial, juntamente com o aumento da inadimplência no crédito livre para pessoa física, representam pontos de atenção.

A correlação entre o crescimento do emprego formal e o consumo, juntamente com a modernização da agropecuária refletida no consumo de energia e no crédito rural, sugere que as políticas de fomento à produção e ao emprego têm surtido efeito. Para um crescimento mais equilibrado, será fundamental abordar as vulnerabilidades no setor de serviços e na balança comercial, buscando diversificar a pauta exportadora e fortalecer a competitividade dos serviços locais, ao mesmo tempo em que se monitora e gerencia os riscos associados ao crescimento do crédito livre.

Agricultura

A produção agrícola do Piauí em 2025 está estimada em 5,79 milhões de toneladas, representando leve retração de 0,48% frente ao ano anterior. Contudo, o milho destacou-se positivamente, com avanço de 12,30% na produção e ganho de 17,33% no rendimento médio, sinalizando maior eficiência produtiva. O algodão herbáceo também apresentou crescimento expressivo de 34,74% da estimativa de produção e 6,92% no rendimento médio, consolidando-se como alternativa relevante na pauta agrícola estadual. Em contrapartida, a soja, principal cultura do Estado e responsável por 61,93% da produção, registrou queda de 5,88% na estimativa de produção, impactando o resultado agregado. O comportamento reflete uma combinação de fatores climáticos e de mercado, que tornam a diversificação agrícola ainda mais estratégica para a economia piauiense.



Comércio

O comércio varejista do Piauí mostrou resiliência, com expansão acumulada no volume de vendas de 3,6% em 2025, superando a média nacional (+1,8%) e consolidando o Estado como o terceiro melhor desempenho do Nordeste e quinto no comparativo nacional. No varejo ampliado, o crescimento do volume de vendas foi de 1,8% no acumulado de 2025 e 5,7% em 12 meses. O dinamismo do setor reforça sua relevância para a geração de empregos e renda no curto prazo.

Serviços

O setor de serviços recuou 1,5% no volume no acumulado de 2025, em contraste com a expansão de 2,5% na média nacional, revelando uma fragilidade estrutural do setor terciário no Estado. Contudo, o consumo de energia elétrica, um importante termômetro da atividade, avançou 4,33% no segundo trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024. O destaque foi o consumo rural (+13,68%), seguido pelo residencial (+4,96) e industrial (+3,09%), refletindo tanto o dinamismo do agronegócio quanto a expansão das atividades ligadas à produção. O número de consumidores de energia elétrica atingiu 1,56 milhão de clientes, crescimento de 2,06% em relação a junho de 2024, indicando maior inclusão no acesso a serviços básicos.

Comércio Exterior

O desempenho externo apresentou forte desaceleração. As exportações do Piauí somaram US\$ 390,7 milhões no segundo trimestre de 2025, queda de 14,85% em relação ao mesmo período de 2024, enquanto as importações avançaram 82,07%, totalizando US\$ 120,5 milhões. Como resultado, o saldo da balança comercial encolheu 31,18%, para US\$ 270,2 milhões. A soja permaneceu como principal produto exportado (84,9% do total), embora com retração no valor. Em contrapartida, os minérios de ferro ampliaram significativamente sua participação, passando de 1,2% para 10,9% da pauta.



Previdência Social

A Previdência Social no Piauí manteve trajetória de expansão no segundo trimestre de 2025. O número de beneficiários cresceu de forma contínua, atingindo 773,9 mil segurados em junho de 2025. Em termos financeiros, os desembolsos aumentaram de R\$ 3,96 bilhões no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 4,35 bilhões em 2025, avanço de 9,79%. A dinâmica do primeiro semestre de 2025 das concessões apresentou oscilações mensais, com recuos no início do ano e retomada a partir de abril, encerrando em junho com 5,2 mil novas concessões, o maior patamar do período. O resultado confirma a Previdência como importante fonte de renda e estabilidade para as famílias piauienses.

Emprego Formal

O mercado de trabalho formal apresentou saldo positivo de 8.712 novas vagas entre abril e junho de 2025, desempenho superior ao observado em 2024. O resultado foi puxado pelos setores de serviços, indústria e construção civil, que responderam por 78% do saldo. A agropecuária também contribuiu, revertendo resultados negativos do início do ano.

Taxa de Desocupação

No segundo trimestre de 2025, a taxa de desocupação apresentou queda no Brasil (de 6,9% para 5,8%) e no Nordeste (de 9,4% para 8,2%), refletindo expansão do número de ocupados. No Piauí, contudo, houve aumento de 7,6% para 8,5%, acompanhado de redução de 1,04% na população ocupada, que passou de 1,34 milhão para 1,33 milhão de pessoas. A retração concentrou-se em posições mais vulneráveis, como trabalhadores sem carteira (-11,28%) e trabalhador familiar auxiliar (-35,9%), ao passo que houve crescimento no setor formal privado (+5,58%) e no setor público (+8,26%). O resultado indica um processo de reestruturação do mercado de trabalho, com ganhos em formalização

Crédito



O saldo de crédito do Piauí encerrou o segundo trimestre de 2025 em R\$ 166,39 bilhões, queda de 4,0% frente ao trimestre anterior. A retração foi puxada pela carteira de pessoa física (-8,35%), enquanto a carteira de pessoa jurídica avançou +2,42%. A média da inadimplência total ficou em 3,97%, abaixo da média do Nordeste (4,87%). Nos recursos livres, o indicador cresceu para 3,43%, enquanto nos direcionados o aumento foi marginal, permanecendo em patamares reduzidos (0,05% na PJ e 1,69% na PF). No crédito imobiliário, destacou-se o forte crescimento do crédito livre para PF (+109,55%), em contrapartida à queda no SFH (-11,37%) e no Home Equity (-43,31%). O crédito rural também avançou em algumas modalidades, com destaque para o crescimento de 344,82% na aquisição de propriedades rurais, evidenciando movimento de reestruturação e consolidação fundiária no Estado, e 79,94% do crédito para aquisição de insumos para a indústria familiar.